

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,  
O IRB-Brasil Re apresenta o Relatório da Administração, relativo ao exercício de 2012, destacando as principais atividades desenvolvidas.  
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de resseguros.

### I. DESTAQUES DO PERÍODO

#### I.1. Rating

A boa solvência do IRB-Brasil Re foi ratificada pela manutenção do *rating* concedido pelo agência classificadora A. M. BEST (A-, excelente), cancelando o alto nível de credibilidade, profissionalismo e solidez patrimonial da Companhia.

A perspectiva de expansão da Companhia no mercado internacional contou positivamente na avaliação, assim como os investimentos contínuos em tecnologia da informação e nas áreas comercial e de subscrição.

A manutenção do *rating* tem papel fundamental nos projetos estratégicos e na visão de futuro do IRB-Brasil Re. Neste sentido, a Empresa tem buscado ampliar as suas ações comerciais, consolidar seu posicionamento nos mercados onde atua e se inserir em novos mercados.

#### I.2. Ranking

O relatório *Best's Special Report on Global Reinsurance* da A. M. Best, publicado em setembro de 2012, que apresenta o *ranking* dos 50 maiores grupos de resseguros do mundo, destaca o IRB-Brasil Re na 29ª colocação, no ano de 2011, sendo que a posição anterior era o 40º lugar. No relatório *Global Reinsurance Highlights (Standard & Poor's)* de 2012 (dados de 2011), publicado em outubro de 2012, o IRB-Brasil Re, que não aparecia na listagem do ano anterior, alcançou o 31º lugar no *ranking* das 40 maiores resseguradoras do mundo.

Destaca-se, ainda, que a Empresa aparece em 3º lugar no *ranking* dos 10 melhores índices combinados, em 4º lugar no *ranking* de ROR (retorno sobre receita) e em 9º lugar no *ranking* de resultado operacional antes dos impostos.

#### I.3. Tecnologia da Informação

No que se refere ao fortalecimento do capital tecnológico, o IRB-Brasil Re adquiriu o módulo financeiro FS-CD (*Financial Services - Collections and Disbursements*), adequado para o mercado de resseguros, que será integrado às soluções ERP e FS-RI (*Financial Services - Reinsurance*) da SAP. Ao longo de 2012, a Companhia mapeou os processos da atividade fim, bem como definiu os novos processos que serão utilizados após a implantação do software FS-RI, que proporcionará uma administração flexível e segura de todas as etapas da operação de resseguro (subscrição, conta técnica e sinistros). A implementação do referido software está prevista para o segundo semestre de 2013. Adicionalmente, a Companhia adquiriu infraestrutura de *Private Cloud*, que permite acesso aos sistemas do IRB-Brasil Re de qualquer lugar e em qualquer plataforma, bem como dois softwares da RMS, para riscos catastróficos - *RiskLink* e *RiskManager*. As estações de trabalho foram modernizadas e houve a implementação da estrutura tecnológica que permite a interligação do Escritório de Buenos Aires com a sede do IRB-Brasil Re.

#### I.4. Expansão Internacional

Em junho de 2012, o IRB-Brasil Re adquiriu 4,8% do capital da *African Reinsurance Corporation - África Re*, uma empresa com status de organismo internacional cujo capital pertence a países africanos, aos bancos de desenvolvimento da África, da Alemanha, da França e da Holanda, ao IFC/Banco Mundial e a mais de cem empresas africanas de seguros e resseguros, passando a ser a primeira resseguradora não africana a ter participação acionária na empresa, que é líder de mercado naquele continente.

Além de possibilitar uma visão global de todo o mercado africano de resseguros e o retorno sobre a aplicação por meio do recebimento de dividendos, a participação no capital da África Re está em total sintonia com a estratégia de internacionalização das operações do IRB-Brasil Re, iniciada em setembro de 2011 com a abertura de sucursal na Argentina.

Tal expansão abre caminho para empresas brasileiras que desejem atuar na África e na América Latina, que poderão contar com o maior ressegurador brasileiro e latino-americano para o desenvolvimento de soluções integradas em seguros e resseguros, em ambos os continentes.

No que se refere à América Latina, o IRB-Brasil Re consolidou sua atuação na Argentina, adquirindo ou ampliando a participação em diversos contratos, bem como ampliou sua capacidade de atuação na região, cadastrando-se como ressegurador nos mercados do Peru, México, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Equador, estando em vias de obter registro na Venezuela.

Em 2013, o IRB-Brasil Re continuará investindo em sua expansão internacional, focada na América Latina e África, bem como atuará no sentido de manter sua liderança no mercado brasileiro de resseguros.

#### I.5. Marketing

Dentre as ações de marketing adotadas pela Empresa em 2012, destacam-se: a criação de uma nova página na Internet, com foco no cliente e nas linhas de negócios; o patrocínio e a realização de eventos no Brasil e no exterior para posicionamento da marca IRB-Brasil Re, destacando-se o Fórum Brasil-África, na África do Sul, o 18º *African Reinsurance Fórum*, nas Ilhas Maurício, o 1º Seminário IRB-Brasil Re de Seguros para o Agronegócio, em Angola, e a realização do 1º Workshop de Engenharia de Risco no Mercado Segurador e Ressegurador, em Brasília.

#### I.6. Recursos Humanos

A Empresa reconhece que o seu Capital Humano e Intelectual é um dos seus ativos mais importantes, e, por essa razão, algumas ações estão sendo desenvolvidas com vistas a manter seus empregados qualificados e motivados para atingir os objetivos estratégicos. Dentre elas, destacamos o lançamento do Programa de Intercâmbio Internacional, que se insere no Programa de Desenvolvimento Profissional.

Este Programa acompanha a tendência mundial de "mobilidade internacional" e objetiva a aquisição de novos conhecimentos e tecnologias, visando melhorar os processos do IRB-Brasil Re, em especial os de subscrição e de sinistro.

Dentro deste contexto, quatorze analistas da subscrição foram enviados para Buenos Aires, nos meses de maio e junho de 2012, para atuar no período de renovação de contratos da Argentina. Em setembro, quatro analistas participaram de um programa de treinamento no continente africano, permanecendo por quatro semanas em visita aos escritórios da África Re na Nigéria, Quênia, Marrocos e África do Sul.

O IRB-Brasil Re encerrou o ano de 2012 com 352 empregados, ante 399 no ano anterior, com o seguinte perfil:

Distribuição % de empregados por sexo (Posição dezembro de 2012)



Distribuição % de empregados por idade (Posição dezembro de 2012)



Fonte: IRB-Brasil Re

#### I.7. Alteração da Estrutura Organizacional

Em decorrência das constantes alterações no ambiente de negócios do IRB-Brasil Re, foram feitos ajustes na estrutura organizacional ao longo de 2012. Em março, o Conselho de Administração transformou a Diretoria de Patrimônio e Investimentos na Diretoria Financeira, demonstrando a relevância que uma sólida gestão dos ativos representa para o resultado global da Empresa. Com o objetivo de buscar uma nova forma de atendimento dos clientes no processo de sinistros, foi aprovada a criação da Gerência de Contas Operacionais, responsável pela análise e gestão das contas técnicas e pela análise de performance dos contratos de resseguro. Adicionalmente, foram ainda criadas a Gerência de Projetos, desenhada como uma nova forma de atuação do PMO (Escritório de Projetos), a Gerência de Marketing Institucional e Comunicação, para atender às funções e atividades de comunicação e marketing na Empresa, a Gerência de Negócios do Exterior, dedicada à subscrição dos contratos internacionais, especialmente aqueles oriundos dos mercados africano e latino-americano, e a Gerência de Cadastros, para a implantação da nova plataforma tecnológica.

As mudanças realizadas na estrutura organizacional tiveram como objetivo otimizar os processos de trabalho, de forma a maximizar o valor aos acionistas do IRB-Brasil Re.

#### I.8. Processo de Desestatização

No que se refere ao processo de desestatização/reestruturação societária, iniciado com a publicação da Resolução do Conselho Nacional de Desestatização nº 03, de 07.04.2011, a etapa de avaliação do

IRB-Brasil Re pela PriceWaterhouseCoopers, consultoria especializada contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, encontra-se finalizada. As avaliações realizadas foram encaminhadas aos acionistas e a expectativa é que o processo esteja concluído no primeiro semestre de 2013.

#### I.9. Prêmios de Reconhecimento

Principais Prêmios e Homenagens recebidos pelo IRB-Brasil Re, no ano de 2012:

- Troféu Gaiivota de Ouro, na categoria "Excelência e Liderança em Vendas no Mercado Ressegurador";
- Prêmio Segurador Brasil 2012, na categoria "Líder Global em Vendas-Resseguro";
- Prêmio Melhores do Seguro, na categoria "Melhor Ressegurador Local em 2011"; e
- Prêmio de "Melhor Ressegurador do Brasil" pela revista *Reactions*, do grupo *Euromoney*.

### II. CONJUNTURA ECONÔMICA

Em 2012, a economia brasileira apresentou crescimento compatível com o cenário adverso internacional. No entanto, no último trimestre do ano já eram percebidos sinais de reação às medidas de estímulo do Governo Federal, o que gera uma expectativa promissora para os próximos anos. Taxas de juros baixas, custos financeiros reduzidos, taxa cambial mais competitiva e bons resultados fiscais integram uma nova perspectiva para a atividade econômica nacional em 2013. Este cenário é favorável para o investimento, a produção e o emprego. De fato, o PIB já começa a reagir e segundo estimativas do Banco Central do Brasil, o crescimento da economia brasileira deverá ficar em torno de 3,4% em 2013 e 3,8% em 2014, diante de um cenário mais pessimista para as economias dos países da Zona do Euro e EUA.

### III. MERCADO DE SEGUROS E RESSEGUROS NO BRASIL

O mercado de seguros brasileiro continua apresentando perspectivas promissoras de crescimento, motivado pelo bom momento da economia, pela expansão do consumo per capita e pela previsão de grandes investimentos em virtude dos eventos esportivos previstos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016).

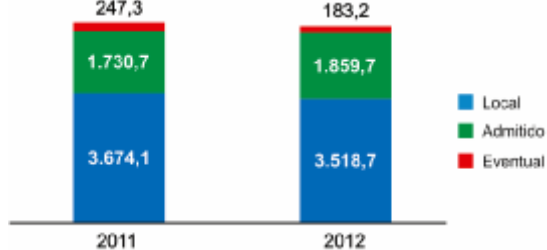
Em 2012, o segmento de seguros gerais (excluindo VGBL e DPVAT) alcançou um volume de prêmios de R\$ 66,2 bilhões, confirmando as projeções de crescimento de 14% feitas pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - CNSeg. Para 2013, a CNSeg estima um crescimento de 16%, o que elevará o volume de prêmios para aproximadamente R\$ 76,8 bilhões.

As perspectivas para o mercado ressegurador são também positivas, considerando o crescimento esperado para o mercado primário e os investimentos previstos em projetos de infraestrutura, na exploração de petróleo em águas profundas e nos citados eventos esportivos.

Apesar do crescimento esperado para o mercado segurador e as boas perspectivas para o setor, o mercado de resseguros faturou aproximadamente R\$ 5,6 bilhões, repetindo praticamente o patamar alcançado em 2011.

A participação dos resseguradores locais no total de prêmios do mercado tem permanecido estável ao longo dos últimos anos. Em 2013, estima-se que os resseguradores locais mantenham sua participação ao redor de 2/3 do mercado, com destaque para o IRB-Brasil Re. Até novembro de 2012, o IRB-Brasil Re atingiu a participação de 63% entre os resseguradores locais.

Distribuição do prêmio de resseguros por tipo de resseguradores, no mercado de seguros, em 31 de dezembro (R\$ milhões)



Fonte: SUSEP (Base Seguro)

Em 2012, cinco novas resseguradoras locais se instalaram no país motivadas, principalmente, pelo potencial de crescimento do mercado ressegurador, pela estabilidade do sistema regulatório e pelas boas perspectivas da economia. O mercado total já ultrapassa uma centena de resseguradoras, sendo 13 locais, 29 admitidas e 61 eventuais.

### IV. DADOS GERENCIAIS CONSOLIDADOS

Apesar dos desafios enfrentados em 2012, as medidas implementadas pelo IRB-Brasil Re permitiram o alcance dos principais objetivos estratégicos e a manutenção de um bom resultado frente a um cenário econômico desafiador.

Resultado (R\$ Milhões)	2012	2011	%
Prêmio Emitido	2.795,3	2.349,9	19,0%
Prêmio Ganho	1.200,3	1.149,5	4,4%
Sinistros Retidos	(799,9)	(728,2)	9,8%
Despesas de Comercialização	(196,7)	(172,8)	13,8%
Resultado com Resseguro e Retrocessão	293,4	230,0	27,6%
Resultado antes de Impostos	527,1	716,7	-26,4%
Lucro líquido	397,1	465,8	-14,7%
Lucro líquido por ação	397,1	465,8	-14,7%

Índices	2012	2011	p.p.
Índice de Sinistralidade	66,6%	63,4%	3,3
Índice de Despesas de Comercialização	16,4%	15,0%	1,3
Índice de Despesa Administrativa	30,0%	14,9%	15,1
Índice de Margem Bruta	24,4%	20,0%	4,4
ROE Combinado	109,5%	98,3%	11,1
ROE <sup>(1)</sup>	18,7%	23,7%	-5,1

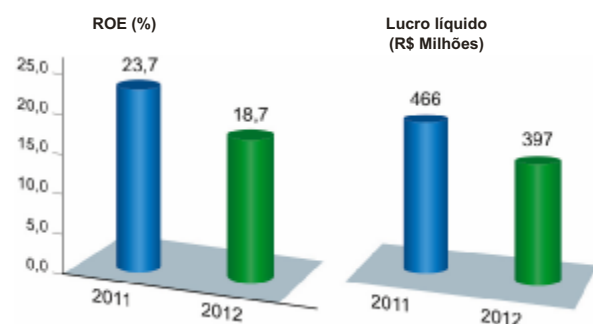
Fonte: IRB-Brasil Re

<sup>(1)</sup> ROE = Calculado sobre o PL Ajustado do exercício corrente (deduzida a proposta de dividendos adicionais).

#### IV.1. Desempenho da Empresa

Em 2012, o IRB-Brasil Re novamente foi bem sucedido em conciliar crescimento de prêmios, rentabilidade e solvência. A Empresa apresentou um crescimento de 19,0% nos prêmios, resultando em um *market share* de aproximadamente 47,0% em 2012. Adicionalmente, a rentabilidade sobre o patrimônio (ROE) atingiu 18,7% e a solvência foi atestada pela manutenção do *rating A-* (excelente) concedido pela agência de classificação A. M. BEST.

A Empresa encerrou o ano de 2012 registrando um lucro líquido de R\$ 397,1 milhões, impactado principalmente pelas provisões referentes aos benefícios pós-emprego e pela queda nas taxas de juros.



Fonte: IRB-Brasil Re

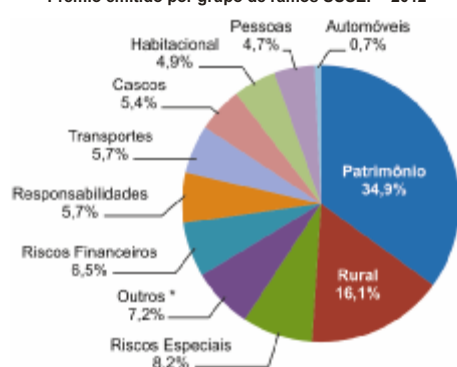
As políticas de reinvestimento dos lucros e de distribuição de dividendos estão definidas no Estatuto da Companhia e são deliberadas em Assembleia Geral, sendo distribuído aos acionistas dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício.

#### IV.2. Operacional

A Empresa registrou no ano de 2012 um volume de prêmios emitidos de R\$ 2.795,3 milhões, o que representa um incremento de 19,0% em relação ao ano anterior, em termos nominais. O crescimento da participação das receitas de prêmios de aceitação do exterior e de prêmios originados nas sucursais no exterior, que passou de 2,7% em 2011 para 7,2% em 2012, evidencia o alinhamento com o planejamento estratégico do IRB-Brasil Re, com foco na internacionalização dos negócios.

As ações coordenadas pelas Diretorias Comercial e de Subscrição resultaram em um aumento de 27,6% no resultado com as operações de resseguro e retrocessão, que alcançou R\$ 293,4 milhões.

Prêmio emitido por grupo de ramos SUSEP - 2012



<sup>(1)</sup> Fonte: irfere - base a aceitações do exterior e sucursais no exterior.  
Fonte: IRB-Brasil Re

O índice combinado alcançou 109,5%, apresentando um aumento de 11 p.p. em relação a 2011. As taxas mais relevantes para essa variação foram o aumento das despesas administrativas, notadamente os benefícios pós-emprego, e da sinistralidade no período.

#### IV.3. Administrativo

No ano de 2012, as despesas administrativas alcançaram R\$ 360,4 milhões, valor significativamente superior ao de 2011. A maior parcela deste aumento está relacionada a despesas não recorrentes, que alcançaram R\$ 158,4 milhões, referentes aos efeitos de provisões para a cobertura de benefícios pós-emprego (aposentadoria, plano médico, seguro de vida e auxílio funeral). Expurgado este valor, as despesas administrativas totais foram de R\$ 202,0 milhões em 2012, contra R\$ 171,4 milhões em 2011.

#### IV.4. Investimentos

Ao fim de 2012, a carteira de investimentos totalizou R\$ 5.066,1 milhões. Desse total, R\$ 637,5 milhões referem-se a operações denominadas em moeda estrangeira e R\$ 4.428,6 milhões, denominadas em moeda nacional. A rentabilidade nominal da carteira alcançou 10,68% ao ano, superando a meta estabelecida de IPCA + 4%.

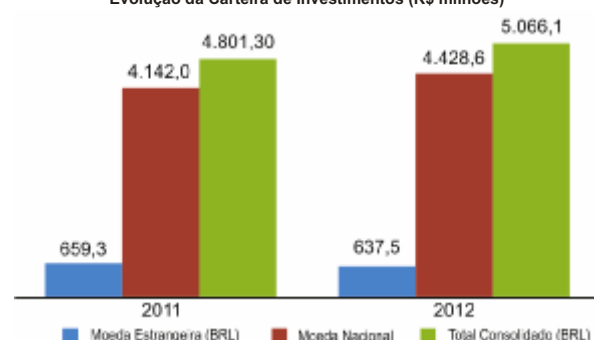
Durante o ano, foram realizadas algumas mudanças na carteira de ativos. Dado o cenário de queda nas taxas de juros, foi ampliada a posição em ativos atrelados a inflação e em ativos pré-fixados. Ao mesmo tempo, foi realizada uma equalização entre os fundos de renda variável, dividindo-se o total de recursos entre os fundos BB Ações 22, Bradesco Safe e Itaú Harbor.

Outro ponto a ressaltar é o montante obtido com a alienação das participações nos *Shoppings West Plaza*, *Iguatemi Macaé* e *Amazonas*, que totalizou R\$ 158,0 milhões. Esta quantia foi distribuída entre os fundos de Renda Fixa.

Em atendimento ao disposto no inciso VI do Art. 37 do Anexo I da Circular SUSEP nº 430, de 5 de março de 2012, o IRB-Brasil Re declara possuir capacidade financeira compatível com as suas operações e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Íntegros mantidos até o vencimento".

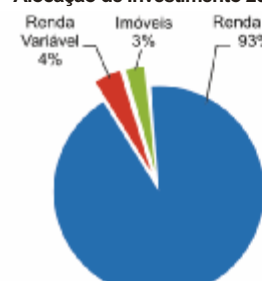
O resultado financeiro do exercício de 2012 foi de R\$ 519,3 milhões, 4,1% inferior ao observado em 2011. Esta redução se deve, principalmente, a um aumento das despesas financeiras em decorrência das variações cambial e monetária (+33,17%).

Evolução da Carteira de Investimentos (R\$ milhões)

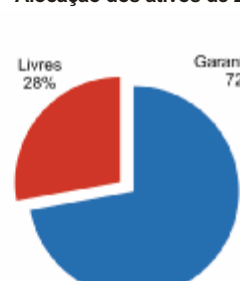


Fonte: IRB-Brasil Re

Alocação de Investimento 2012



Alocação dos ativos de 2012



Fonte: IRB-Brasil Re

#### Agradecimentos

A Administração agradece a confiança depositada pelos acionistas, a preferência das sociedades seguradoras, nossos clientes, na busca de resseguro, bem como dos demais agentes do mercado, e o apoio decisivo dos segurados na indicação do IRB-Brasil Re como ressegurador prioritário na sua proteção. Agradecemos ainda aos empregados pela dedicação no exercício de suas atividades, fundamentais para o bom desempenho da Empresa.

#### DIRETORIA EXECUTIVA

Leonardo André Paixão <b>Presidente</b>	Mário Di Croce <b>Vice-Presidente Executivo</b>
Carlos Alberto de Paula <b>Diretor de Seguro e Marketing</b>	Daniel da Silva Veiga <b>Diretor Comercial</b>
Francisco Aldenor Alencar Andrade <b>Diretor de Sinistros</b>	José Farias de Sousa <b>Diretor de Subscrição</b>
Manoel Morais de Araujo <b>Diretor Financeiro</b>	Sergio Rosa <b>Diretor de Tecnologia</b>

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Augusto Moreira Araújo <b>Presidente</b>	Leonardo André Paixão <b>Vice-Presidente</b>
Antonio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade	Guilherme Estrada Rodrigues
João Pinto Rabelo Júnior	Luiz Tavares Pereira Filho

#### CONSELHO FISCAL

Luiz Alberto de Almeida Palmeira <b>Presidente</b>	Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Sidney Maury Sentoma
Glauber Teixeira de Carvalho		
Ronaldo Affonso Nunes Lopes Baptista		

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

ATIVO	Nota Explicativa	2012	2011	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	2012	2011
ATIVO CIRCULANTE		8.228.531	6.708.560	PASSIVO CIRCULANTE		8.059.855	6.954.194
DISPONÍVEL		26.438	71.616	CONTAS A PAGAR		169.131	168.175
Caixa e bancos	5	26.438	71.616	Obrigações a pagar	15	42.100	34.571
APLICAÇÕES	6	2.790.341	2.164.566	Impostos e encargos sociais a recolher		3.571	964
Títulos de renda fixa		473.403	-	Provisões trabalhistas	23	13.070	11.474
Quotas de fundos de investimentos - renda fixa		1.671.273	1.494.588	Provisões para benefícios pós-emprego	15 e 25.1	42.483	36.525
Quotas de fundos de investimentos - renda variável		189.989	158.284	Provisões para impostos e contribuições	16	67.907	84.641
Aplicações no exterior		485.747	503.247	DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES	17	1.469.803	1.275.022
Outras aplicações		1.361	70.065	Operações com seguradoras		364.507	233.268
(-) Provisão para desvalorização		(31.432)	(61.618)	Operações com resseguradoras		1.036.185	974.414
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES		2.391.233	1.920.855	Corretores de resseguros e retrocessões		34.032	36.882
Operações com seguradoras	7.1	1.745.806	1.380.448	Outros débitos operacionais		35.079	30.458
Operações com resseguradoras	7.2	608.700	547.171	DEPÓSITOS DE TERCEIROS		64.441	95.875
Outros créditos operacionais		116.962	116.410	Cobrança antecipada de prêmios	18	64.441	60.317
(-) Provisão para riscos de créditos	7.4	(80.235)	(123.174)	Outros depósitos		-	35.558
ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS		2.985.954	2.464.038	PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGUROS E RETROCESSÕES		6.356.480	5.415.122

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido do exercício por ação

	Nota Explicativa	2012	2011
<b>Prêmios emitidos líquidos</b>		<b>2.408.626</b>	<b>2.064.700</b>
Prêmios de resseguros.....		1.737.832	2.069.014
Operações com o exterior - aceitações.....		148.887	45.147
Riscos Vigentes não Emitidos.....		521.907	(49.461)
<b>Variações das provisões técnicas</b>		<b>(557.896)</b>	<b>(396.243)</b>
<b>Prêmios ganhos</b>		<b>1.850.730</b>	<b>1.668.457</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>		<b>(1.664.491)</b>	<b>(1.188.715)</b>
Sinistros diretos.....		(1.658.198)	(1.281.500)
Salvados e ressarcimentos.....		64.062	54.552
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....		(38.904)	25.444
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados.....		(31.451)	12.789
<b>Custos de aquisição</b>		<b>(58.702)</b>	<b>(49.299)</b>
Comissões.....		(58.702)	(49.299)
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>		<b>89.014</b>	<b>(22.607)</b>
<b>Resultado com retrocessão</b>		<b>76.820</b>	<b>(177.852)</b>
Receita com retrocessão.....		874.342	597.636
Despesa com retrocessão.....		(787.753)	(750.960)
Salvados e ressarcimentos.....		(9.769)	(24.528)
<b>Despesas administrativas</b>		<b>(360.394)</b>	<b>(171.431)</b>
<b>Despesas com tributos</b>		<b>(46.428)</b>	<b>(39.260)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>519.292</b>	<b>541.724</b>
Receitas financeiras.....		786.743	783.388
Despesas financeiras.....		(267.451)	(241.664)
<b>Resultado patrimonial</b>		<b>64.795</b>	<b>68.042</b>
Receitas com imóveis de renda, líquidas.....		63.201	61.822
Ajustes de investimentos em controladas e coligadas.....		800	3.522
Outras receitas patrimoniais, líquidas.....		794	2.698
<b>Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>		<b>56.489</b>	<b>87.593</b>
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES PROVENIENTES DE OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>		<b>527.125</b>	<b>716.652</b>
Imposto de renda.....		(118.506)	(139.400)
Contribuição social.....		(71.432)	(84.032)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....		76.715	(10.859)
Participações sobre o lucro.....		(16.766)	(16.529)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>397.136</b>	<b>465.832</b>
Quantidade de ações ordinárias.....		500.000	500.000
Lucro líquido do exercício por ação básico e diluído - R\$.....		378,23	443,65

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Nota Explicativa	2012	2011
<b>Lucro Líquido do exercício</b>		<b>397.136</b>	<b>465.832</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior.....		1.178	926
Diferença de câmbio originadas no exercício.....	24.2.2	398.314	466.758
Ativos financeiros disponíveis para venda.....			
Ganho (perda) líquido originado de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício.....	24.2.1	(9.233)	(976)
Imposto de renda e contribuição social relacionados a componentes de outros resultados abrangentes.....	24.2.1	389.081	467.734
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>392.538</b>	<b>467.580</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DAS RESERVAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais, exceto juros sobre o capital próprio e dividendos por ação ordinária

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de lucros Legal	Reinvestimento	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva conversão de moeda estrangeira	Lucros (prejuízos) acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido dos sócios da controladora
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2011</b>	<b>1.030.000</b>	<b>320.000</b>	<b>193.009</b>	<b>550.065</b>	<b>(5.822)</b>	<b>103</b>	<b>-</b>	<b>166.524</b>	<b>2.253.879</b>
Dividendo adicional pago.....	-	-	-	-	-	-	-	(166.524)	(166.524)
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários.....	-	-	-	-	(822)	-	-	-	(822)
Ajustes acumulados de conversão.....	-	-	-	-	-	926	-	-	926
Aumento de capital conforme Assembleia Geral Extraordinária em 29 de dezembro de 2010.....	320.000	(320.000)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	465.832	-	465.832
Proposta de distribuição do lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal.....	-	-	23.292	-	-	-	(23.292)	-	-
Reserva para Reinvestimento.....	-	-	-	110.635	-	-	(110.635)	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos (R\$ 347,71 por ação preferencial e R\$ 316,10 por ação ordinária).....	-	-	-	-	-	-	(331.905)	206.905	(125.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.350.000</b>	<b>-</b>	<b>216.301</b>	<b>660.700</b>	<b>(6.644)</b>	<b>1.029</b>	<b>-</b>	<b>206.905</b>	<b>2.428.291</b>
Dividendo adicional pago.....	-	-	-	-	-	-	-	(206.905)	(206.905)
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários.....	-	-	-	-	5.776	-	-	-	5.776
Ajustes acumulados de conversão.....	-	-	-	-	-	1.178	-	-	1.178
Reversão de Reserva.....	-	-	-	(100.000)	-	-	100.000	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	397.136	-	397.136
Proposta de distribuição do lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal.....	-	-	19.857	-	-	-	(19.857)	-	-
Reserva para Reinvestimento.....	-	-	-	186.462	-	-	(186.462)	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 104,76 por ação preferencial e R\$ 95,24 por ação ordinária).....	-	-	-	-	-	-	(100.000)	-	(100.000)
Complemento de dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 2,28 por ação preferencial e R\$ 2,07 por ação ordinária).....	-	-	-	-	-	-	(2.177)	-	(2.177)
Dividendos adicionais (R\$ 197,62 por ação preferencial e R\$ 179,66 por ação ordinária).....	-	-	-	-	-	-	(188.640)	188.640	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.350.000</b>	<b>-</b>	<b>236.158</b>	<b>747.162</b>	<b>(868)</b>	<b>2.207</b>	<b>-</b>	<b>188.640</b>	<b>2.523.299</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2012	2011	2012	2011
<b>Atividades operacionais</b>				
Recuperações de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras.....	1.686.782	1.550.891		
Recuperações de sinistros e comissões.....	140.202	485.130		
Outros recebimentos operacionais (Salvados, Ressarcimentos e outros).....	137.956	234.674		
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e ressarcimentos.....	(1.031.724)	(1.166.548)		
Repasses de prêmios por cessão de riscos.....	(375.183)	(708.037)		
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros.....	(14.046)	(30.322)		
Pagamentos de despesas e obrigações.....	(155.328)	(147.745)		
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais.....	-	(8.394)		
Outros pagamentos operacionais.....	(134.171)	-		
Recebimento de aluguéis.....	20.841	26.863		
Recebimentos de juros e dividendos.....	3.833	-		
Constituição de depósitos judiciais.....	(27.724)	(28.896)		
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>251.438</b>	<b>207.616</b>		
<b>Impostos e contribuições pagos</b>	<b>(272.651)</b>	<b>(293.428)</b>		
<b>Investimentos financeiros</b>				
Aplicações.....	(3.527.055)	(3.629.453)		
Vendas e resgates.....	3.734.712	3.747.880		
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>186.444</b>	<b>32.615</b>		
<b>Atividades de investimento</b>				
Pagamento pela compra de ativo permanente.....				
Investimentos.....	(56.939)	-		
Imobilizado.....	(4.739)	(6.229)		
Intangível.....	(14.782)	(12.744)		
<b>Recebimento pela venda</b>				
Investimentos.....	158.002	143.962		
Imobilizado.....	21	2.312		
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimento</b>	<b>81.563</b>	<b>127.301</b>		
<b>Atividades de Financiamento</b>				
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.....	(305.269)	(285.251)		
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(305.269)</b>	<b>(285.251)</b>		
<b>Redução cambial e equivalentes de caixa</b>	<b>(37.262)</b>	<b>(125.335)</b>		
<b>Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(7.916)</b>	<b>10.570</b>		
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa após a variação cambial</b>	<b>(45.178)</b>	<b>(114.765)</b>		
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>71.616</b>	<b>186.381</b>		
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>26.438</b>	<b>71.616</b>		
<b>Aumento (diminuição) nas aplicações financeiras - recursos livres</b>	<b>(104.549)</b>	<b>102.999</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

O IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB - Brasil Re", "Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de economia mista, de capital fechado, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, está localizada na Avenida Marechal Câmara, número 171, na cidade do Rio de Janeiro, sendo vinculado ao Ministério da Fazenda.

Suas atividades estão concentradas nas operações de resseguros no País e no exterior. Adicionalmente, atua na administração de consórcios e fundos destinados à garantia de determinadas atividades, em particular nas áreas de exploração e agricultura.

O IRB-Brasil Resseguros S.A, na forma do art. 22 da Lei Complementar 126/2007, que facultou o ingresso de novas resseguradoras no mercado nacional, esta qualificado como ressegurador local e autorizado a continuar exercendo suas atividades de resseguro e retrocessão, sem qualquer solução de continuidade, independentemente de requerimentos e autorização governamental. Importante observar que, desde 31 de março de 2011 com a entrada em vigor da alteração promovida na redação do art. 15 da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e pela publicação da Resolução CNSP nº 225, em 6 de dezembro de 2010, todos os contratos de resseguro passaram a ter, pelo menos 40% (quarenta por cento) de cada cessão, obrigatoriamente contratados com resseguradores locais.

No âmbito do processo de desestatização do IRB-Brasil Re, retomado com a publicação da Resolução do Conselho Nacional de Desestatização (CND) nº 03, de 07 de abril de 2011, com a gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), houve avanço nas etapas que foram encadeadas com vistas a promover uma transição sólida e transparente para que as partes interessadas possam apoiar todo o processo de transição de um ambiente predominantemente público para um ambiente estritamente privado. De forma a ilustrar as fases do processo já vencidas e concretizadas com sucesso, é possível mencionar: (i) o amplo debate entre os acionistas da Companhia quanto à Nova Governança a ser implementada no novo cenário; (ii) o alinhamento dos acionistas quanto ao conteúdo do Acordo de Acionistas que será celebrado; (iii) as apresentações aos órgãos de controle; e (iv) a construção da minuta de diversos instrumentos jurídicos que servirão de base para a apreciação formal dos órgãos de controle, inclusive precedida de extenso debate quanto ao teor de tais documentos. O processo de desestatização demandará,

ainda, uma sucessão de modificações societárias, que viabilizarão as transformações desejadas, em conformidade com o levantamento apresentado pelo BNDES, designado como gestor do Processo de Desestatização do IRB-Brasil Re.

Em 30 de novembro de 2012, com base em informações da SUSEP, o IRB-Brasil Resseguros S.A encontrava-se na posição de líder e detentor de 47% de "Market share" do mercado brasileiro de resseguros e manteve seu foco de atuação na geração de valor para os clientes por meio de soluções eficazes de resseguros, na busca de resultados sólidos e perspectivas de crescimento sustentável.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pelo conselho de administração em 22 de fevereiro de 2013.

### 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, sendo os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda mensurados ao valor justo.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP, conforme Circular SUSEP nº 430/12. As operações realizadas a partir de 23 de maio de 2008 foram registradas em consonância com as normas e instruções do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), conforme determinado na Resolução CNSP nº 168/07.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), cuja divulgação tornou-se obrigatória pela Lei nº 11.638/07, foi elaborada pelo método direto, com a apresentação da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, conforme previsto na Circular SUSEP nº 430/12.

Por determinação da Circular SUSEP nº 430/12, que revogou a Circular SUSEP nº 424/11, foram destacadas as contas de "Riscos Vigentes Não Emitidos de Resseguros" no grupo "Prêmios Emitidos". Dessa forma, na demonstração do resultado, os prêmios de resseguro passam a incluir a abertura de "Riscos Vigentes Não Emitidos" deduzido do valor de "Prêmios de Resseguros".

O IRB-Brasil Resseguros S.A. mantém sucursal em Londres, cujas operações encontram-se em processo de descontinuidade "run-off", e outra sucursal na Argentina que teve início de operação em 1º de setembro de 2011. Os correspondentes saldos contábeis destas sucursais estão registrados e apresentados nos saldos contábeis individuais da Companhia, sendo os mesmos também auditados pela PricewaterhouseCoopers.

#### 2.2 Conversão em moeda estrangeira

##### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Resseguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

##### (b) Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido.



# IRB-BRASIL RESSEGUROS S/A

CNPJ 33.376.989/0001-91



## 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante.

## 2.4 Ativos financeiros

### 2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

#### (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos, quando utilizados, também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

#### (b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive créditos e débitos das operações com resseguros e retrocessões, títulos e créditos a receber, depósitos judiciais e fiscais e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os prêmios fracionados são contabilizados como prêmios a receber, no ativo circulante, e baixados de acordo com os recebimentos das parcelas.

#### (c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

#### (d) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

## 2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha sofrido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Receitas e despesas financeiras” no exercício em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como “Receitas e despesas financeiras”.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria Companhia.

## 2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## 2.4.4 Impairment de ativos financeiros

### (a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

### (b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

## 2.5 Classificação de contratos de resseguro

Os contratos da Resseguradora são classificados no início da cobertura de risco para fins de contabilização como contratos de resseguro. Um contrato é classificado como contrato de resseguro e se mantém classificado como tal até que todos os direitos e obrigações se extingam ou expiram. Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a resseguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente a outra parte. Desta forma, o contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele é definido como uma operação em que um emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso de ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo significativamente.

## 2.6 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente remensurados ao seu valor justo. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, contratos futuros de taxa de juros e de índices.

## 2.7 Ativos intangíveis

### (a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas e não são amortizados.

### (b) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível,

mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

## 2.8 Imobilizado

### Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis de uso próprio (terreno e edifício) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004 com base em laudos de peritos independentes e a última registrada em 2004. Com a edição da Lei nº 11.638/07 não serão efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que o custo dos futuros economizados associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos. As seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a.) - %	Anos
Imóveis .....	4	25
Móveis e utensílios .....	10	10
Equipamentos de informática .....	20	5
Veículos .....	20	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

## 2.9 Propriedades imobiliárias de investimento

A Resseguradora detém certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional segundo o CPC 06. A Resseguradora utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o CPC 28) para avaliação destes ativos.

Os ativos imobiliários de investimento são depreciados pelo método linear, utilizando como base a vida útil estimada do bem. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação por 3 anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-M/FGV.

## 2.10 Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

## 2.11 Provisões

### (a) Provisões técnicas

Conforme a Circular SUSEP nº 430, de 05 de março de 2012, que alterou a Resolução CNSP nº 86, de 03 de setembro de 2002, as provisões técnicas sobre as operações de resseguro estão demonstradas brutas no passivo em “Provisões Técnicas - Resseguros” e parcela das provisões técnicas cujo risco foi repassado em operações de retrocessão, estão demonstradas brutas no ativo em “Ativos de retrocessões - provisões técnicas”, bem como a criação de novos grupamentos de “Ativos de Retrocessões - Provisões Técnicas” e “Resultado com Retrocessão”, na demonstração do resultado, os prêmios de resseguro e de retrocessão que passam a ser apresentados líquidos de suas respectivas comissões. O mesmo tratamento foi dispensado para a Provisão de Prêmios Não Ganhos de resseguro e retrocessão, que passa a ser apresentada líquida de seus respectivos custos de aquisições diferidos.

- A provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos dos contratos facultativos é constituída pela parcela dos prêmios emitidos, correspondentes aos períodos de risco não decorridos dos contratos. Tem por objetivo estimar a ocorrência futura de sinistros que serão pagos pelo IRB-Brasil Re e é apurada operacionalmente conforme a exposição esperada para cada risco. Em complemento a essa provisão, é constituída com base em prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), calculada com provisão de uma estimativa atuarial para os riscos vigentes cujos contratos ainda não foram emitidos, sendo que este montante é apurado a partir da combinação de metodologia atuarial, descrita em nota técnica atuarial, e apuração operacional.

- A provisão de sinistros a liquidar é constituída pela estimativa do valor a indenizar indicada nos avisos de sinistros recebidos dos resseguradores e das sociedades seguradoras e é ajustada, periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais.

- A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados, relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes.

- A provisão para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, na data-base de cálculo, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final, na data base de cálculo.

- A provisão para excedentes técnicos é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos.

### (b) Teste de adequação de passivos (*Liability adequacy test - LAT*)

O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da empresa e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro. Este teste é estabelecido pela Circular SUSEP nº 457/2012, de 14 de dezembro de 2012, devendo ainda ser observado o pronunciamento contábil CPC 11.

Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Se apurada insuficiência, esta deve ser reconhecida na Provisão de Riscos em Curso (PRC).

Os fluxos de caixa foram agregados por grupos de ramos de acordo com suas similaridades, adicionando a discriminação dos contratos em moeda nacional e estrangeira, gerando análise mais granular do que a mínima indicado pela circular, observadas as divisões entre prêmios registrados e futuros e sinistros passados e futuros.

Foram considerados os contratos de resseguro vigentes em 31 de dezembro de 2012 até o seu fim de vigência, não sendo consideradas renovações automáticas ou quaisquer novos contratos. Para apurar o valor presente dos fluxos de caixa estimados, utilizou-se o desconto financeiro obtido através do modelo de *Svensson* para as curvas de cupom de IPCA e cupom cambial.

Não foi utilizada a prerrogativa de dedução da diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil dos títulos classificados como mantidos até o vencimento, vinculados em garantia das provisões técnicas.

O teste realizado para a data base de 31 de dezembro de 2012 não apresentou insuficiências.

O IRB Brasil-Re acompanha periodicamente sua sinistralidade, índice combinado e teste de adequação de passivos visando manter o equilíbrio técnico-atuarial de seus contratos.

## (c) Provisões judiciais

As provisões judiciais de natureza civil, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno da Companhia, dos consultores legais independentes e da administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços. As provisões judiciais de natureza civil operacional, objeto de contestação judicial, são calculadas e contabilizadas, também, com base em percentuais específicos, os quais são calculados a partir da análise do histórico de encerramento dos correspondentes processos judiciais, que considera a relação dos valores desembolsados com os processos encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de exposição ao risco. Essa análise contemplou todos os processos encerrados cuja abertura aconteceu no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2012. Tais percentuais, calculados por probabilidade de perda, foram aplicados às contingências civis operacionais existentes nas datas de encerramento das demonstrações contábeis.

As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo “Outros Passivos Contingentes”, no passivo não circulante. As contingências de natureza civil estão contabilizadas na rubrica “Sinistros a Liquidar”, no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências civis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada.

Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante.

## 2.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“tributo diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada, atualmente 25% para imposto de renda e 15% para contribuição social. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos refletem as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

## 2.13 Benefícios a empregados

### (a) Obrigações de aposentadoria

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente ao final de cada exercício. O custo de serviços passados é reconhecido imediatamente, na medida em que os benefícios já foram concedidos, ou então, amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de aposentadoria quando reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e pelo custo dos serviços passados não reconhecido, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano.

Em caso de superávit (excedente do valor justo dos ativos do plano sobre o valor presente de uma obrigação de benefício definido) o respectivo ativo não é reconhecido porque não há previsão no estatuto do plano patrocinado pela Companhia de utilização do excedente para gerar benefícios futuros na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro.

### (b) Outras obrigações pós-emprego

O IRB-Brasil Re oferece benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado na Companhia até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, usando a mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais, são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício contábil. Essas obrigações são avaliadas, por atuários independentes qualificados.

## 2.14 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa detentora de ações da Companhia compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

## 2.15 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o período contábil a que se referem às demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Proposta de distribuição de dividendos adicionais”, no Patrimônio Líquido.

## 2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB-Brasil RE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

### (a) Prêmios de resseguro

Os prêmios de resseguro são contabilizados como prêmios emitidos a partir da sua aceitação. Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguros ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

No caso de contratos de resseguro facultativos, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo da vigência do risco.

No caso de contratos de resseguro automáticos o prêmio emitido será considerado da seguinte forma:

- Contratos não proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.

- Contratos proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor de prêmio estimado pela cedente para todas as apólices que serão cobertas pelo contrato de resseguro durante sua vigência. Esta estimativa é proporcional ao percentual de participação do ressegurador e ponderada por um percentual de performance estabelecido pela experiência do ressegurador. Estes prêmios são ajustados a cada prestação de contas encaminhada pela cedente normalmente com periodicidade trimestral.

### (b) Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

## 2.17 Despesa com comissões

As comissões são diferidas e amortizadas, exceto para as operações de riscos decorridos cujas comissões são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, com base no prazo de vigência dos contratos de resseguro. As comissões relativas a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguro ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

## 2.18 Demonstração dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes estão sendo apresentadas em quadro demonstrativo próprio e compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido pelo CPC.

## 2.19 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) ou pela SUSEP.

- IAS 1 - “Apresentação das Demonstrações Financeiras”. A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

- IAS 19 - “Benefícios a Empregados”, alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - “Benefícios a Empregados”. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: (i) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados; (ii) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida deverá gerar um pequeno aumento do custo do plano na demonstração de resultado.

- IFRS 9 - “Instrumentos Financeiros”, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

## (a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na interpretação das demonstrações contábeis em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de informações que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e atuários da Resseguradora para a definição de eventos atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento ressegurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

## (b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, civis e trabalhistas

A Resseguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e civis em aberto, na data de preparação das demonstrações contábeis. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Resseguradora tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

## (c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Resseguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Resseguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber.

A Resseguradora dos orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Resseguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

## (d) Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota 6, os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, o valor justo é estabelecido através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia. A nota 6 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

## (e) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas no final de cada exercício. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota 26.

## 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão de riscos no IRB-Brasil Re é considerada instrumento essencial para a otimização do uso do capital e a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação risco/retorno para seus acionistas. Em linhas gerais, uma gestão de riscos eficiente protege os ativos da Companhia.

Os principais objetivos do gerenciamento de riscos são:

- A identificação dos riscos e oportunidades.
- A medição e avaliação desses riscos, a partir da perspectiva de exposição.
- O alinhamento das exposições ao apetite de risco da Companhia.
- O estabelecimento e a execução de planos para alcançar os níveis de exposição aceitáveis.

O apetite a risco, bem como os decorrentes limites de exposição, são definidos pela Alta Administração, sendo formalizado por meio de políticas, *guidelines*.

A atividade de supervisão do Gerenciamento de Riscos do IRB-Brasil Re é feita pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, com o apoio de diversos comitês consultivos ou deliberativos.

Após revisão, ocorrida em dezembro de 2012, foi confirmada a classificação A- (excelente) pela agência de *rating* A.M. Best, sediada nos Estados Unidos, a qual reflete, na opinião dessa agência, uma capitalização fortemente adequada aos riscos da Companhia.

### 4.1 Principais tipos de risco

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Conjuntura, Operacional, Imagem, Subscrição, Mercado, Crédito e Liquidez, que por sua vez são compostas por

As tabelas a seguir apresentam o desenvolvimento dos sinistros da Companhia, por ano de subscrição.

#### Sinistros Brutos de Retrocessão

- Bruto de retrocessão

Ano de subscrição	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Estimativa de sinistros acumulados								
No final do ano de subscrição	586.014	720.059	777.939	738.882	340.142	200.595	342.520	
Um ano depois	2.039.724	2.654.451	1.782.336	1.241.026	845.278	516.906		
Dois anos depois	2.162.859	2.634.264	1.833.735	1.374.800	750.949			
Três anos depois	1.935.371	2.616.710	1.858.580	1.433.714				
Quatro anos depois	1.877.525	2.842.356	2.180.920					
Cinco anos depois	1.933.092	3.310.992						
Seis anos depois	2.045.442							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	2.045.442	3.310.992	2.180.920	1.433.714	750.949	516.906	342.520	10.581.443
Pagamentos acumulados até a data base	(1.798.544)	(2.848.463)	(1.711.830)	(1.207.803)	(493.352)	(118.705)	(65.493)	(8.244.190)
Passivo reconhecido no balanço	246.898	462.529	469.090	225.910	257.597	398.201	277.027	2.337.253
Passivo em relação a riscos não distribuídos								1.394.946
Total do passivo incluso no balanço								3.732.199

#### Líquido de retrocessão

Ano de subscrição	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Estimativa de sinistros acumulados								
No final do ano de subscrição	395.132	391.819	500.531	458.107	257.280	146.828	212.493	
Um ano depois	932.904	1.689.640	1.088.423	835.580	648.986	283.846		
Dois anos depois	1.296.897	1.912.946	1.209.256	1.051.953	550.314			
Três anos depois	1.353.357	1.992.197	1.237.117	1.052.361				
Quatro anos depois	1.385.260	2.075.394	1.380.918					
Cinco anos depois	1.416.582	2.339.360						
Seis anos depois	1.521.486							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.521.486	2.339.360	1.380.918	1.052.361	550.314	283.846	212.493	7.340.778
Pagamentos acumulados até a data base	(1.427.323)	(2.189.983)	(1.246.611)	(924.939)	(356.252)	(44.468)	(29.067)	(6.218.643)
Passivo reconhecido no balanço	94.162	149.377	134.307	127.422	194.062	239.378	183.426	1.122.135
Passivo em relação a riscos não distribuídos								765.422
Total do passivo líquido incluso no balanço								1.887.557

### 4.2 Análise de sensibilidade

As simulações constantes neste item possuem alterações razoáveis nas premissas atuariais, cujo objetivo é avaliar impactos que podem determinar a saúde financeira da Companhia.

A tabela abaixo apresenta possíveis impactos no resultado e patrimônio líquido, considerando um aumento de 10% (dez por cento) na sinistralidade.

Efeitos	Impacto
Resultado e patrimônio líquido	(124.397)
Resultado (%)	(31,32)
Patrimônio líquido (%)	(4,93)

### 4.5 Risco de mercado

Pode ser definido como o risco de que alterações nos preços e taxas do mercado financeiro reduzam o valor de um título ou carteira.

As principais variáveis atreladas ao risco de mercado são: a taxa de juros, a taxa de câmbio e a liquidez. A gestão dessas variáveis envolve diferentes unidades organizacionais e contempla uma série de diretrizes e estratégias consideradas adequadas pela sua administração, e tem por objetivo:

- Gestão da taxa de juros - Mensurar e monitorar o risco de flutuação nas taxas de juros e nos prazos em condições normais e adversas de mercado.
- Gestão da taxa de câmbio - Mensurar a diferença entre os ativos em moeda estrangeira e o correspondente passivo, bem como ajustá-los por meio de operações de compra e venda no mercado internacional.
- Gestão da liquidez - Monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros.

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado:

- Limites máximos de VaR (*Value at Risk*) e análises de cenários alternativos conhecidos como *"stress testing"*.
- Monitoramento de mercado.
- Gestão preventiva de perdas.

#### 4.5.1 Análise de *Value at Risk*

A mensuração do risco de mercado, feita através do VaR, estima a perda potencial no lucro antes dos impostos para um determinado horizonte de tempo dada uma probabilidade específica de ocorrência, considerando as volatilidades do mercado e a diversificação dos riscos através do reconhecimento de posições compensatórias e correlações entre os produtos e o mercado. Dentre as metodologias do VaR utilizadas para calcular os números diários de risco, o IRB-Brasil Re optou por utilizar o VaR histórico, desde janeiro de 2011. O VaR da carteira de ativos da Resseguradora, registrado em 31 de dezembro de 2012, foi de R\$ 37.000, o que representa 0,75% do total da carteira de ativos.

Enquanto o VaR obtém a exposição diária da Resseguradora aos riscos de taxa de câmbio e taxa de juros, a análise de sensibilidade avalia o impacto de uma possível mudança nas taxas de juros ou de câmbio no exercício. O período mais longo da análise de sensibilidade complementa o VaR e auxilia a Resseguradora a avaliar sua exposição aos riscos de mercado. Mais detalhes sobre a análise de sensibilidade para os riscos de taxa de câmbio e de juros estão demonstrados abaixo.

#### 4.5.2 Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Resseguradora está exposta principalmente à moeda dos Estados Unidos da América, havendo, contudo, exposição em menor grau ao Euro.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Resseguradora à variação do câmbio, para as duas moedas, considerando a projeção do dólar dos Estados Unidos para 31 de dezembro de 2013, apresentada pelo Relatório Focus divulgado pelo Banco Central em 28 de dezembro de 2012 (R\$ 2,09/US\$ 1,00) e, para o Euro, optou-se por aplicar o mesmo percentual de variação do dólar, o que representa os cenários mais prováveis:

	Cenário provável - 31 de dezembro de 2013
Variação no excedente em dólar	(13.795)
Variação no excedente em euros	379

Consoante o cenário acima destacado, conclui-se que a desvalorização da moeda Dólar convergirá em um excedente negativo para a Companhia. Em contrapartida, considerando o mesmo movimento para a moeda Euro, haveria um excedente positivo. A Consolidação dos excedentes, neste cenário, resultaria em uma perda financeira para a Resseguradora não material.

diversas subcategorias. A Companhia entende que estas categorias representam as suas principais exposições, mas que não são exaustivas e que outras formas de risco podem afetar a Companhia.

### 4.2 Risco de conjuntura

Risco de perdas decorrente de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil ou de outros países. Envolve ainda os riscos advindos de decisões de negócio ou de processos que impactam o crescimento ou a obtenção de vantagem competitiva da Companhia.

A Companhia utiliza o *Balanced Scorecard* (BSC) como metodologia de gestão estratégica, de forma a assegurar o alcance dos objetivos estratégicos. O BSC consiste em um modelo de gestão estratégica que auxilia a mensuração do progresso das organizações rumo às suas metas ao longo prazo, a partir da tradução da visão em objetivos, indicadores, metas e projetos estratégicos. Além disso, ressalta o papel da comunicação da estratégia de uma organização, garantindo a sua disseminação para todo o corpo funcional. No modelo de gestão estratégica adotado, o plano estratégico é acompanhado periodicamente pela Alta Administração.

### 4.3 Riscos operacionais e de imagem

Estão associados à possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos, incluindo riscos legais. Os riscos operacionais geralmente acarretam em redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da Companhia. Esta perda é classificada como um risco de imagem, ou seja, decorrente da instituição ter seu nome desgastado junto ao mercado ou às autoridades, em razão de uma gestão negativa, verdadeira ou não.

A metodologia aplicada para a publicidade do Risco Operacional é composta pelas etapas qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla a análise dos processos, a identificação dos riscos, a avaliação dos controles e as respostas aos riscos (plano de ação).

Já a etapa quantitativa, atualmente, consiste no planejamento da formação da base de perdas, processo que está em fase final de sistematização, tendo como objetivo registrar as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no IRB-Brasil Re.

A Gestão da Continuidade dos Negócios (GCN) está inserida no âmbito da área de gestão de risco operacional e consiste no conjunto de medidas a serem adotadas na eventualidade de uma interrupção dos negócios, permitindo à Companhia continuar operando a, pelo menos, um nível mínimo de serviço pré-determinado.

Além disso, a área também trata incidentes operacionais valendo-se da metodologia de análise de riscos. Este processo detecta, classifica, avalia e trata incidentes pontualmente, sendo ligado diretamente às outras áreas integrantes do sistema de controles internos da Companhia.

Para tratamento específico dos riscos legais e de *Compliance*, a Companhia instituiu uma estrutura de *Compliance*, gerenciada pela Gerência de Controles Internos, e a figura dos Agentes Setoriais de *Compliance*.

### 4.4 Riscos de subscrição

O risco de subscrição advém de oscilações que podem surgir tanto de fatores internos como externos à Companhia, que contrariem as expectativas da Resseguradora em relação às premissas atuariais e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas.

O principal fator relativo ao risco de subscrição é o de os custos com pagamentos de sinistros superarem as estimativas das provisões técnicas, o que pode ocorrer pelo aumento da sinistralidade ou da frequência de sinistros.

Como forma de reduzir a exposição ao risco, o IRB-Brasil Re trabalha com um portfólio diversificado de carteiras de resseguros. Além disso, a evolução dos riscos é monitorada, assim como é realizada a revisão constante das premissas atuariais e das políticas de subscrição e de aceitação de riscos.

#### 4.4.1 Monitoramento dos passivos de resseguro por linhas de negócio

A Companhia calcula suas provisões técnicas seguindo as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O quadro abaixo demonstra os passivos e ativos (PSL, IBNR, IBNER, PET, PPNG) brutos por linhas de negócios.

Grupo	Passivos de resseguro		Ativos de retrocessão	
	2012	2011	2012	2011
Patrimonial	2.165.225	1.821.620	(1.302.958)	(962.007)
Riscos especiais	243.574	275.388	(187.207)	(246.420)
Responsabilidades	767.850	713.071	(297.806)	(243.968)
Cascos	418.311	573.467	(310.549)	(405.604)
Automóveis	260.834	260.555	(4.907)	(2.245)
Transportes	328.242	185.434	(164.038)	(77.986)
Riscos financeiros	598.317	512.757	(320.168)	(283.028)
Crédito	68.355	65.944	(25.593)	(27.167)
Pessoas	219.902	198.374	(71.877)	(55.629)
Habitacional	74.709	38.909	(230)	-
Rural	334.597	252.460	(157.406)	(128.073)
Marítimos	86.822	15.713	(27.029)	(4.705)
Aeronáuticos	180.564	67.662	(103.160)	(27.972)
<i>Run-off</i> (Londres)	198.258	190.110	-	-
Outros	410.920	243.658	(13.026)	766
Total	6.356.480	5.415.122	(2.985.954)	(2.464.038)

Ano de subscrição	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
	Estimativa de sinistros acumulados							
No final do ano de subscrição	395.132	391.819	500.531	458.107	257.280	146.828	212.493	
Um ano depois	932.904	1.689.640	1.088.423	835.580	648.986	283.846		
Dois anos depois	1.296.897	1.912.946	1.209.256	1.051.953	550.314			
Três anos depois	1.353.357	1.992.197	1.237.117	1.052.361				
Quatro anos depois	1.385.260	2.075.394	1.380.918					
Cinco anos depois	1.416.582	2.339.360						
Seis anos depois	1.521.486							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.521.486	2.339.360	1.380.918	1.052.361	550.314	283.846	212.493	7.340.778
Pagamentos acumulados até a data base	(1.427.323)	(2.189.983)	(1.246.611)	(924.939)	(356.252)	(44.468)	(29.067)	(6.218.643)
Passivo reconhecido no balanço	94.162	149.377	134.307	127.422	194.062	239.378	183.426	1.122.135
Passivo em relação a riscos não distribuídos								765.422
Total do passivo líquido incluso no balanço								1.887.557

#### 4.5.3 Análise de sensibilidade à taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que possui, principalmente, títulos e valores mobiliários vinculados a variação da taxa de juros.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Resseguradora à variação de 1% (100bp) na taxa básica Selic:

	Impactos	2012
	+1%	-1%
Variação nos títulos pré-fixados	(12.703)	11.634
Variação nos títulos pós-fixados	11.217	(10.086)
Resultado	(1.486)	1.548
	Impactos	2011
	+1%	-1%
Variação nos títulos pré-fixados	(12.703)	11.634
Variação nos títulos pós-fixados	10.206	(9.075)
Resultado	(2.497)	2.559

Após análise, conclui-se que a sensibilização à taxa de juros implica numa variação de cerca de 0,04% no valor dos títulos expostos.

#### 4.5.4 Gestão dos riscos correlacionados

A Companhia considera que as variáveis econômicas não têm movimento independente, havendo correlação entre os principais fatores de risco associados aos investimentos. Considerando tais variáveis, bem como suas correlações, conclui-se que os riscos associados são parcialmente mitigados, já que as variáveis analisadas atuam em movimento compensatório, podendo gerar uma perda máxima de 5,3% no período analisado.

Quanto aos cenários de stress analisados, considerando grandes crises mundiais ocorridas nos últimos quinze anos, conclui-se que a perda máxima de sua carteira seria de 6,6%.

### 4.6 Risco de crédito

Risco de uma contraparte (principalmente referente a resseguro, retrocessão e investimentos) não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

O IRB-Brasil Re entende que a principal origem do seu risco de crédito são as operações de retrocessão. A fim de mitigar este risco, a Companhia adotou a política de ter operações de retrocessão com sociedades que tenham, pelo menos, metade dos ratings em registro, comprovadamente, igual ou superior a A- (S&P, Fitch e AMBest) ou A3 (Moody's). Adicionalmente, o IRB-Brasil Re avalia seus retrocessionários através de uma classificação própria que representa a visão que a Resseguradora tem sobre a capacidade das contrapartes em honrar pagamentos futuros. A exposição da Resseguradora e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados, com uma periodicidade mínima anual, pelo Comitê de *Security*. A qualidade dos atuais

## 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

### (a) Composição das aplicações

Valor justo por meio do resultado	2012						Taxa média de juros	Total
	Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total		
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil				
<b>Valores mobiliários avaliados</b>								
Valores mobiliários avaliados pela curva								
Valores Contábil								
<b>Títulos de Renda Fixa – Públicos</b>						8,50%	2.422.077	
Letras Financeiras do Tesouro (i)							2.422.077	
<b>Títulos de Renda Variável</b>								
Ações de Empresas Nacionais								
<b>Quotas de Fundos de Investimento</b>						14,56%	1.861.262	
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos							1.221.216	
Letras do Tesouro Nacional							528.112	
Notas do Tesouro Nacional							553.304	
Operações Compromissadas							139.760	
Outros							40	
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos							450.057	
Quotas de Fundos de Investimento em Ações Exclusivos							189.989	
<b>Aplicações no Exterior</b>							676.157	
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos							27.339	
American Deposits Receipt (ii)							5.171	
Títulos da Dívida Soberana (ii)							108.840	
Brazilian Corporate Bonds (iii)							29.460	
Corporate Bonds – Nova Iorque (iv)							1.251	
Papéis de renda fixa (HSBC)							29.460	
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (vi)							418.595	
Outras Aplicações (vii)							1.361	
<b>TOTAL</b>	<b>1.834.139</b>	<b>1.888.601</b>	<b>2.605.566</b>	<b>2.565.548</b>	<b>686.920</b>	<b>466.708</b>	<b>4.920.857</b>	
%							9%	
Circulante							2.790.341	
Não Circulante							2.130.516	

Valor justo por meio do resultado	2011						Taxa média de juros	Total
	Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total		
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil				
<b>Valores mobiliários avaliados</b>								
Valores mobiliários avaliados pela curva								
Valores Contábil								
<b>Títulos de Renda Fixa – Públicos</b>							2.287.408	
Letras Financeiras do Tesouro (i)							2.287.408	
<b>Títulos de Renda Variável</b>								
Ações de Empresas Nacionais								
<b>Quotas de Fundos de Investimentos</b>							1.652.872	
Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos							1.494.588	
Letras Financeiras do Tesouro							1.002.499	
Letras do Tesouro Nacional							230.942	
Notas do Tesouro Nacional							33.597	
Operações Compromissadas							227.617	
Outros							(67)	
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos							13.321	
Quotas de Fundos de Investimentos em Ações Exclusivos							144.963	
Ações de Empresas Nacionais							105.252	
Outros							39.711	
<b>Aplicações no Exterior</b>							589.151	
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos							12.338	
American Deposits Receipt (ii)							6.058	
Títulos da Dívida Soberana (ii)							76.744	
Brazilian Corporate Bonds (iii)							50.008	
Corporate Bonds – Nova Iorque (iv)							1.049	
Títulos do Tesouro Americano (v)							22.807	
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (vi)							420.147	
Outras Aplicações (vii)							70.065	
<b>TOTAL</b>	<b>1.665.366</b>	<b>1.665.210</b>	<b>2.459.298</b>	<b>2.393.017</b>	<b>743.721</b>	<b>541.269</b>	<b>4.599.496</b>	
%							12%	
Circulante							2.164.566	
Não Circulante							2.434.930	

### (j) Letras Financeiras do Tesouro

Referem-se a títulos públicos do Tesouro Nacional que fazem parte da carteira própria do IRB-Brasil Re. Seus rendimentos são atualizados pela taxa Selic e os títulos estão custodiados no Banco do Brasil. Adicionalmente, estes títulos são ajustados aos seus valores de mercado, obtido através de informações divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

### (ii) Títulos da dívida mobiliária soberana e de empresas estatais brasileiras (ADR's)

Representam títulos de renda fixa emitidos no exterior, em dólares dos Estados Unidos, pela União. (iii) **Brazilian Corporate Bonds** Representam títulos de renda fixa emitidos por subsidiárias, sediadas no exterior, de empresas brasileiras. Estes títulos, denominados em dólares dos Estados Unidos, foram colocados no mercado internacional. Estão sob administração da BB Securities, em Londres. Em junho de 2011, a provisão foi contabilizada à razão de 100% dos títulos vendidos e não pagos, exceto para os títulos renegociados, em função da condição de adimplência dos titulares da dívida.

### (iv) Corporate Bonds

Os Corporate Bonds são letras hipotecárias emitidas por empresas privadas dos Estados Unidos, com base em operações de financiamentos imobiliários. A Companhia constituiu provisão para desvalorização por considerar que as perdas em seu valor são permanentes.

### (v) Títulos do Tesouro Americano

Os títulos do tesouro americano são aplicações cujo objetivo é a remuneração com liquidez do principal, tendo em vista as garantias necessárias às operações da subsidiária de Nova Iorque. A Companhia liquidou a totalidade desses títulos no decorrer do exercício de 2012.

### (vi) Depósitos a prazo fixo no exterior

Representam aplicações em time deposits de responsabilidade do Banco do Brasil S.A. e Bradesco, em Nova Iorque, cujos prazos de vencimento oscilam entre 12 a 120 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem a Libra Esterlina, o Dólar e o Euro.

### (vii) Outras aplicações

Em 31 de dezembro de 2012, esse saldo refere-se, basicamente a cartas de crédito custodiadas no exterior, a títulos de empresas privadas e títulos públicos federais (Tesouro Nacional e empresas governamentais) dos Estados Unidos.

### (b) Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

Valor justo por meio do resultado	2012			
	Vencimentos			Total
	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos				
Letras Financeiras do Tesouro				
Notas do Tesouro Nacional				
Operações Compromissadas				
Outros				
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos				
Quotas de Fundos de Investimento em Ações Exclusivos				
<b>Aplicações no Exterior</b>				
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos				
<b>Disponível para venda</b>	<b>1.888.601</b>			<b>1.888.601</b>
<b>Títulos de renda fixa – públicos</b>				
Letras Financeiras do Tesouro (i)				
<b>Aplicações no Exterior</b>				
American Deposits Receipt (ii)				
Títulos da Dívida Soberana (ii)				
Papéis de renda fixa (HSBC)				
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>480.349</b>	<b>1.435</b>	<b>2.083.764</b>	<b>2.565.548</b>

Valor justo por meio do resultado	2011			
	Vencimentos			Total
	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos				
Letras Financeiras do Tesouro				
Notas do Tesouro Nacional				
Operações Compromissadas				
Outros				
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos				
Quotas de Fundos de Investimento em Ações Exclusivos				
<b>Aplicações no Exterior</b>				
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos				
<b>Disponível para venda</b>	<b>1.888.601</b>			<b>1.888.601</b>
<b>Títulos de renda fixa – públicos</b>				
Letras Financeiras do Tesouro (i)				
<b>Aplicações no Exterior</b>				
American Deposits Receipt (ii)				
Títulos da Dívida Soberana (ii)				
Papéis de renda fixa (HSBC)				
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>480.349</b>	<b>1.435</b>	<b>2.083.764</b>	<b>2.565.548</b>

Valor justo por meio do resultado	2011			
	Vencimentos			Total
	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos				
Letras Financeiras do Tesouro				
Notas do Tesouro Nacional				
Operações Compromissadas				
Outros				
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos				
Quotas de Fundos de Investimento em Ações Exclusivos				
<b>Aplicações no Exterior</b>				
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos				
<b>Disponível para venda</b>	<b>1.888.601</b>			<b>1.888.601</b>
<b>Títulos de renda fixa – públicos</b>				
Letras Financeiras do Tesouro (i)				
<b>Aplicações no Exterior</b>				
American Deposits Receipt (ii)				
Títulos da Dívida Soberana (ii)				
Papéis de renda fixa (HSBC)				
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>480.349</b>	<b>1.435</b>	<b>2.083.764</b>	<b>2.565.548</b>

Valor justo por meio do resultado	2011			
	Vencimentos			Total
	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos				
Letras Financeiras do Tesouro				
Notas do Tesouro Nacional				
Operações Compromissadas				
Outros				
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos				
Quotas de Fundos de Investimento em Ações Exclusivos				
<b>Aplicações no Exterior</b>				
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos				
<b>Disponível para venda</b>	<b>1.888.601</b>			<b>1.888.601</b>
<b>Títulos de renda fixa – públicos</b>				
Letras Financeiras do Tesouro (i)				
<b>Aplicações no Exterior</b>				
American Deposits Receipt (ii)				
Títulos da Dívida Soberana (ii)				
Papéis de renda fixa (HSBC)				
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>480.349</b>	<b>1.435</b>	<b>2.083.764</b>	<b>2.565.548</b>

Valor justo por meio do resultado	2011			
	Vencimentos			Total
	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos				
Letras Financeiras do Tesouro				
Notas do Tesouro Nacional				
Operações Compromissadas				
Outros				
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos				
Quotas de Fundos de Investimento em Ações Exclusivos				
<b>Aplicações no Exterior</b>				
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos				
<b>Disponível para venda</b>	<b>1.888.601</b>			<b>1.888.601</b>
<b>Títulos de renda fixa – públicos</b>				
Letras Financeiras do Tesouro (i)				
<b>Aplicações no Exterior</b>				
American Deposits Receipt (ii)				
Títulos da Dívida Soberana (ii)				
Papéis de renda fixa (HSBC)				
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>480.349</b>	<b>1.435</b>	<b>2.083.764</b>	<b>2.565.548</b>

Valor justo por meio do resultado	2011			
	Vencimentos			Total
	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos				
Letras Financeiras do Tesouro				
Notas do Tesouro Nacional				
Operações Compromissadas				
Outros				
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos				
Quotas de Fundos de Investimento em Ações Exclusivos				
<b>Aplicações no Exterior</b>				
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos				
<b>Disponível para venda</b>	<b>1.888.601</b>			<b>1.888.601</b>
<b>Títulos de renda fixa – públicos</b>				
Letras Financeiras do Tesouro (i)				
<b>Aplicações no Exterior</b>				
American Deposits Receipt (ii)				
Títulos da Dívida Soberana (ii)				
Papéis de renda fixa (HSBC)				
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>480.349</b>	<b>1.435</b>	<b>2.083.764</b>	<b>2.565.548</b>

Valor justo por meio do resultado	2011			
	Vencimentos			Total
	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos				
Letras Financeiras do Tesouro				
Notas do Tesouro Nacional				
Operações Compromissadas				
Outros				
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos				
Quotas de Fundos de Investimento em Ações Exclusivos				
<b>Aplicações no Exterior</b>				
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos				
<b>Disponível para venda</b>	<b>1.888.601</b>			<b>1.888.601</b>
<b>Títulos de renda fixa – públicos</b>				
Letras Financeiras do Tesouro (i)				
<b>Aplicações no Exterior</b>				
American Deposits Receipt (ii)				
Títulos da Dívida Soberana (ii)				
Papéis de renda fixa (HSBC)				
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>480.349</b>	<b>1.435</b>	<b>2.083.764</b>	<b>2.565.548</b>

### 6.1 Movimentação das aplicações financeiras

## 10.1.1 Demais créditos tributários

As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

	2012		2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Não circulante</b>				
<b>Créditos Tributários Diferenças Temporárias</b>				
Provisões trabalhistas (a).....	463.630	463.630	306.822	306.822
Provisão para desvalorização do investimento (b).....	161.804	161.804	213.540	213.540
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c).....	128.504	128.504	166.235	166.235
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias (d).....	143.289	143.289	141.086	141.086
Provisão para contingências trabalhistas (d).....	59.744	59.744	39.594	39.594
Outras provisões.....	3.039	3.039	2.278	2.278
Base de cálculo.....	960.014	960.014	869.555	869.555
Alíquota.....	25%	15%	25%	9%
Crédito tributário diferenças temporárias.....	240.003	144.002	217.389	78.260

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de diferenças temporárias estão sendo constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15%, respectivamente.

(a) A consumação do crédito tributário está baseada no cálculo atuarial da realização das provisões trabalhistas, prevista para 58 anos.

(b) A realização do crédito tributário sobre a provisão para desvalorização de Investimento, esta vinculada a baixa da alienação das aplicações financeiras Brazilian Bonds e BB Securities no valor de R\$ 31.842, sendo que respectivamente a primeira está em *default* e a segunda ultrapassa 20 anos para sua realização, e a aplicação financeira no Banco Econômico depende de decisão definitiva e da data de encerramento deste litígio.

(c) A realização do crédito tributário sobre a provisão para crédito de liquidação duvidosa esta relacionada com a recuperação administrativa ou judicial do crédito ou deliberação da administração da baixa para perda.

(d) A realização do crédito tributário sobre a provisão para contingências fiscais, previdenciárias e trabalhistas dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios.

## 10.1.2 Projeção estimada de realização dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculadas, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, com expectativa de geração de resultados positivos futuros. O valor presente do crédito tributário utilizando a Selic de 7,5% é de R\$ 261.336.

Ano	Realização %
2013.....	13%
2014.....	13%
2015.....	12%
2016.....	11%
2017 a 2018.....	20%
2019 a 2022.....	31%
	100%

## 11. INVESTIMENTOS

### 11.1 Investimentos avaliados a custo

A Companhia, em maio de 2012, adquiriu 4,8% na participação do capital da African Reinsurance Corporation - Africa Re, com sede em Lagos, na Nigéria, no montante de R\$ 56.939.

### 11.2 Participação societária

É composta pela participação no IRB Internacional Corporation & Subsidiaries, localizada nos Estados Unidos da América, que se encontra em processo de "run-off". As informações sobre a controlada e a movimentação do investimento podem ser assim demonstradas:

	IRB Internacional Corporation & Subsidiaries	
Percentual de participação no Capital Social.....		100%
Quantidade de ações possuídas.....		5.000.000
Ativo.....		48.829
Passivo circulante e não circulante.....		34.543
Patrimônio líquido no fim do exercício.....		14.286
Lucro líquido do exercício.....		800
Saldos em 31 de dezembro de 2011.....		12.306
Equivalência patrimonial.....		800
Variação cambial.....		1.180
		1.980
Valor contábil do investimento em 31 de dezembro de 2012.....		14.286

## 12. IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA

	Terrenos	Edificações	Shopping Centers	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010				
Custo.....	1.486	672	258.062	260.220
Impairment acumulados.....	-	-	(33.674)	(33.674)
Depreciação Acumulada.....	-	(672)	-	(672)
Em 31 de dezembro de 2011				
Saldo inicial.....	1.486	-	224.388	225.874
Aquisições (a).....	-	-	26.180	26.180
Alienações.....	-	-	(57.938)	(57.938)
Ajustes Impairment.....	-	-	12.803	12.803
Depreciações.....	-	-	(3.651)	(3.651)
Valores transferidos.....	15.003	-	-	15.003
Saldo contábil, líquido.....	16.489	-	201.782	218.271
Saldos em 31 de dezembro de 2011				
Custo.....	16.489	672	226.692	243.853
Impairment acumulados.....	-	-	(21.258)	(21.258)
Depreciação Acumulada.....	-	(672)	(3.652)	(4.324)
Saldo contábil, líquido.....	16.489	-	201.782	218.271
Em 31 de dezembro de 2012				
Saldo inicial.....	16.489	-	201.782	218.271
Aquisições (a).....	-	-	26.939	26.939
Alienações.....	-	-	(101.515)	(101.515)
Ajustes Impairment.....	-	-	21.258	21.258
Depreciações.....	-	-	(3.171)	(3.171)
Saldo contábil, líquido.....	16.489	-	145.293	161.782
Em 31 de dezembro de 2012				
Custo.....	16.489	672	152.116	169.277
Impairment acumulados.....	-	-	-	-
Depreciação Acumulada.....	-	(672)	(6.823)	(7.495)
Saldo contábil líquido.....	16.489	-	145.293	161.782

No decorrer do exercício de 2011, a Companhia alienou as participações dos empreendimentos Iguatemi Campinas e Iguatemi São Paulo, correspondendo a 5% e 7% do total dos investimentos em shoppings, respectivamente. O processo de venda respeitou os princípios da Lei nº 8.666/93, e por motivos de transparência e visibilidade, a BMF Bovespa foi contratada para conduzir o processo de Leilão. Como resultado a Companhia auferiu um lucro na venda de R\$ 87.593, registrado no grupo ganho ou perdas com ativos não correntes.

No exercício de 2012, a Companhia alienou as participações dos empreendimentos Amazonas Shopping, Iguatemi Alagoas e West Plaza, correspondendo a 38% dos investimentos em shoppings. O processo de venda respeitou os princípios da Lei nº 8.666/93, e por motivos de transparência e visibilidade, a BMF Bovespa foi contratada para conduzir o processo de Leilão. O resultado do leilão foi de R\$ 47.001 para o Amazonas Shopping, R\$ 46.001 para o Iguatemi Alagoas e R\$ 65.000 para o West Plaza, totalizando o montante de R\$ 158.002, gerando um lucro na venda de R\$ 56.489, registrado no grupo ganho ou perdas com ativos não correntes.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia avaliou a vida útil dos shoppings em linha com o IAS 40 - Propriedade para Investimento. Essa revisão resultou no cálculo de depreciação prospectiva baseada na vida útil destes ativos analisados em média para 42 anos, resultando numa despesa de depreciação no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 3.171 (R\$ 3.652 em 31 de dezembro de 2011).

(a) Abaixo a composição dos investimentos nos shopping centers, com os percentuais de participação da Companhia e respectivas benfeitorias realizadas pelo IRB no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Em 31 de dezembro de 2012	Investimento Percentual	Benefitorias realizadas
Casa Shopping - Rio de Janeiro.....	20,00%	-
Park Shopping - Brasília.....	20,00%	8.113
Esplanada - Sorocaba.....	15,00%	1.094
Praia de Belas - Porto Alegre.....	20,00%	1.366
Minas Shopping - Belo Horizonte.....	19,13%	2.959
Shopping Barra - Salvador.....	20,00%	8.480
Saldo contábil das benfeitorias em shopping centers ativos.....		22.012
Benfeitorias em shopping centers vendidos.....		4.927
Saldo contábil, líquido.....		26.939

Os investimentos em shopping Center são registrados a custo e a Companhia apura anualmente o valor do fluxo de caixa esperado para esses investimentos e constitui provisão para perdas, quando aplicável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 21.258 de provisão para perdas - Impairment - foi revertido como resultado da avaliação a valor de mercado superior ao valor contábil.

## 13. IMOBILIZADO

	Terrenos e edificações	Veículos e Máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010				
Custo.....	36.819	2.446	27.814	67.079
Depreciação Acumulada.....	(8.424)	(1.656)	(17.548)	(27.628)
Saldo contábil, líquido.....	28.395	790	10.266	39.451
Em 31 de dezembro de 2011				
Saldo inicial.....	28.395	790	10.266	39.451
Aquisições.....	20	454	7.354	7.828
Alienações.....	(15)	(14)	(175)	(204)
Depreciação.....	(582)	(169)	(4.090)	(4.841)
Valores transferidos.....	(15.003)	2	(365)	(15.366)
Saldos contábeis, líquidos.....	12.815	1.063	12.990	26.868
Saldos em 31 de dezembro de 2011				
Custo.....	21.474	2.899	32.832	57.205
Depreciação Acumulada.....	(8.659)	(1.836)	(19.842)	(30.337)
Saldos contábeis, líquidos.....	12.815	1.063	12.990	26.868
Em 31 de dezembro de 2012				
Saldo inicial.....	12.815	1.063	12.990	26.868
Aquisições.....	117	23	9.061	9.201
Alienações.....	-	(172)	(1.050)	(1.222)
Ajustes Impairment.....	-	(254)	(54)	(308)
Depreciação.....	(584)	(37)	(3.022)	(3.643)
Valores transferidos.....	-	508	(508)	-
Saldos contábeis, líquidos.....	12.348	1.131	17.417	30.896
Em 31 de dezembro de 2012				
Custo.....	21.591	3.258	40.335	65.184
Impairment acumulados.....	-	(254)	(54)	(308)
Depreciação Acumulada.....	(9.243)	(1.873)	(22.864)	(33.980)
Saldos contábeis, líquidos.....	12.348	1.131	17.417	30.896

## 14. INTANGÍVEL

Saldos em 31 de dezembro de 2010

	Custo de Desenvolvimento de Softwares
Custo.....	20.157
Amortização Acumulada.....	(9.362)
Saldo contábil, líquido.....	10.795
Em 31 de dezembro de 2011	
Saldo inicial.....	10.795
Aquisições.....	13.176
Amortizações.....	(1.845)
Saldo contábil, líquido.....	22.126
Em 31 de dezembro de 2011	
Custo.....	33.332
Amortização Acumulada.....	(11.206)
Saldo contábil, líquido.....	22.126
Em 31 de dezembro de 2012	
Saldo inicial.....	22.126
Aquisições.....	14.263
Amortizações.....	(3.596)
Saldo contábil, líquido.....	32.793
Em 31 de dezembro de 2012	
Custo.....	47.596
Amortização Acumulada.....	(14.803)
Saldo contábil, líquido.....	32.793

## 15. OBRIGAÇÕES A PAGAR E PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Obrigações a pagar	2012	2011
Fonecedores.....	11.399	8.617
Dividendos.....	6.072	3.590
Juros sobre capital próprio.....	1.659	1.506
Participações no lucro.....	16.791	16.551
Outros.....	6.179	4.307
	42.100	34.571

b) Provisão para benefício pós-emprego	2012	2011
Benefício - pós-emprego - Aposentadoria (i).....	158.710	150.470
Benefício - pós-emprego - Plano Médico (ii).....	305.526	155.576
Benefício - pós-emprego - Seguro de vida (iii).....	1.683	1.548
Benefício - pós-emprego - Auxílio funeral (iv).....	1.293	1.249
	467.212	308.843
Total.....	509.312	343.414
Circulante.....	42.100	34.571
Não Circulante.....	467.212	308.843

(i) Benefício pós-emprego - Aposentadoria  
A Companhia custeia integralmente os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

(ii) Benefício pós-emprego - Assistência médica e odontológica  
Planos de autogestão para funcionários ativos e aposentados; com renda inferior a um salário mínimo. Para funcionários admitidos a partir daquele ano, só podem ser considerados dependentes cônjuges e os filhos. Para este grupo, O IRB-Brasil Re arca com 50% do custeio do plano e os funcionários, com a outra parcela equivalente aos outros 50%. A contribuição do funcionário é descontada mensalmente de seu salário e varia conforme a data de admissão e faixa etária.

(iii) Benefício pós-emprego - Seguro de vida  
Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB-Brasil Re arca com 100% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50% do prêmio. A participação do funcionário é opcional.

(iv) Benefício pós-emprego - Auxílio funeral  
Este benefício é disponibilizado apenas para os funcionários admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R\$ 1.344,87 para funeral simples, R\$ 1.554,63 para cremação e R\$ 2.640,80 para funeral com cremação.

IRPJ a pagar.....	2012	2011
CSLL a pagar.....	36.935	60.297
Tributos Diferidos.....	13.315	21.874
Outros.....	16.969	1.870
	688	600
	67.907	84.641

Operações com seguradoras.....	2012	2011
Operações com resseguradoras.....	364.507	233.268
Corretores de resseguros, retrocessão e outros.....	1.036.185	974.414
Outros débitos operacionais (*).....	34.032	36.882
	35.079	30.458
	1.469.803	1.275.022

(\*) Referem-se a débitos da Companhia decorrentes de operações realizadas junto a Fundos e Consórcios.

(i) Operação com seguradoras	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011.....	25.634	185.128	22.506	233.268
Prêmios e juros de retrocessão a pagar.....	34.392	-	-	34.392
Prêmios e juros de retrocessão pagos.....	(15.116)	-	-	(15.116)
Sinistro de resseguro a pagar.....	-	315.681	-	315.681
Sinistro de resseguro pagos.....	-	(181.754)	-	(181.754)
Outros a pagar.....	-	-	-	-
Outros pagos.....	-	-	(19.905)	(19.905)
Variação cambial.....	143	(941)	(2.059)	(2.059)
Saldos em 31 de dezembro de 2012.....	45.053	318.114	1.340	364.507

(ii) Operação com resseguradoras	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011.....	973.961	-	452	974.413
Prêmios e juros de retrocessão a pagar.....	1.021.653	-	-	1.021.653
Prêmios e juros de retrocessão pagos.....	(927.372)	-	-	(927.372)
Sinistro a pagar.....	-	9.284	-	9.284
Outros a pagar.....	-	-	479	479
Variação cambial.....	(42.323)	51	-	(42.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2012.....	1.025.919	9.335	931	1.036.185

Operações com seguradoras.....	2012	2011
Operações com resseguradoras.....	364.507	233.268
Corretores de resseguros, retrocessão e outros.....	1.036.185	974.414
Outros débitos operacionais (*).....	34.032	36.882
	35.079	30.458
	1.469.803	1.275.022

(\*) Referem-se a débitos da Companhia decorrentes de operações realizadas junto a Fundos e Consórcios.

(b) Movimentação

	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011.....	25.634	185.128	22.506	233.268
Prêmios e juros de retrocessão a pagar.....	34.392	-	-	34.392
Prêmios				

Referem-se a operações de resseguros e retrocessões realizadas com empresas seguradoras que são acionistas desta Resseguradora, cujos montantes estão incluídos nos grupos "Créditos das operações com resseguros e retrocessões" e "Débitos das operações com resseguros e retrocessões" no balanço patrimonial e nas respectivas contas registradas nas demonstrações do resultado.

## 21.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total dos diretores e dos demais conselheiros e comitê da Companhia, em 31 de dezembro, é a seguinte:

	Contas a	
	Pagar	Resultado
Remuneração a curto prazo a administradores	246	3.419
Benefícios pós-emprego	22	279
Saldos em 31 de dezembro de 2012	268	3.698
Saldos em 31 de dezembro de 2011	149	3.386

Os valores máximos, médios e mínimos, da remuneração mensal paga pela Companhia aos seus empregados e administradores, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, são os seguintes:

	Valores em reais			
	Empregados		Administradores (*)	
	2012	2011	2012	2011
Máxima	19.112	18.056	34.443	32.463
Mínima	4.769	4.505	26.765	25.432
Média	9.057	6.825	29.349	27.527

(\*) O Presidente e o Vice-Presidente Executivo do IRB-Brasil Re, servidores públicos federais cedidos por outros órgãos públicos, e o Diretor de Pessoas e Marketing, empregado cedido por empresa constituída na forma de economia mista, recebem a remuneração de seu cargo de origem, acrescida do percentual correspondente a 60% (sessenta por cento) da remuneração dos dirigentes do IRB-Brasil Re, na forma do disposto no artigo 2º, III, da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, observando o limite máximo estabelecido pelo DEST – Departamento de Estatais.

## 22. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS, OUTRAS AÇÕES JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2012		
	Depósitos Judiciais e fiscais	Outras ações judiciais	Obrigações fiscais
Fiscais			
COFINS	–	12.771	–
PIS	–	2.744	–
Contribuição social	173.010	3.241	167.656
Imposto de renda	–	48.895	–
ISS	840	–	6.930
IPU	–	2.806	–
Previdenciárias			
INSS	35.289	35.289	–
Trabalhistas e cíveis			
Ações trabalhistas	36.856	54.417	–
Ações cíveis	16.825	–	–
Honorários	–	2.731	–
Não circulante	262.820	162.894	174.586

	2011		
	Depósitos judiciais e fiscais	Outras ações judiciais	Obrigações fiscais
Fiscais			
COFINS	–	12.359	–
PIS	–	2.656	–
Contribuição social	126.016	3.136	128.063
Imposto de renda	–	47.274	–
ISS	753	15.362	5.418
Outros	–	2.384	–
Previdenciárias			
INSS	32.904	32.904	–
Trabalhistas e cíveis			
Ações trabalhistas	17.997	35.578	–
Ações cíveis	1.608	–	–
Honorários	–	2.278	–
Não circulante	179.278	153.931	133.481

Os depósitos judiciais e fiscais são atualizados monetariamente.

## 22.1. Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciárias

A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

	2012		
	Quantidade	Valor em risco	Outras ações judiciais e obrigações fiscais
Fiscal			
Provável	3	58.631	58.631
Possível	10	331.837	186.412
	13	390.468	245.043
Previdenciário			
Possível	13	55.996	35.289
Remota	3	22.737	–
	16	78.733	35.289
Trabalhista			
Provável	123	54.417	54.417
Possível	79	39.557	–
Remota	46	10.759	–
	248	104.733	54.417

	2011		
	Quantidade	Valor em risco	Outras ações judiciais e obrigações fiscais
Fiscal			
Provável	3	55.077	55.077
Possível	8	288.199	161.575
	11	343.276	216.652
Previdenciário			
Possível	13	54.180	32.904
Remota	3	22.226	–
	16	76.406	32.904
Trabalhista			
Provável	141	35.578	35.578
Possível	58	20.439	–
Remota	51	18.882	–
	250	74.899	35.578

## 22.2. Movimentação das provisões para ações judiciais

	Saldo em 31 de dezembro de 2011			Atualizações 2012			Saldo em 31 de dezembro de 2012		
	Adições	monetárias	Baixas	Adições	monetárias	Baixas	Adições	monetárias	Baixas
Fiscais									
COFINS (Nota 22.3.2)	12.359	–	412	–	–	–	12.771	–	–
PIS (Nota 22.3.2)	2.656	–	88	–	–	–	2.744	–	–
Contribuição Social (Nota 22.3.5)	128.064	28.573	11.019	–	–	–	167.656	–	–
Contribuição Social (Nota 22.3.5)	3.136	–	105	–	–	–	3.241	–	–
Imposto de Renda (Nota 22.3.2)	47.274	–	1.621	–	–	–	48.895	–	–
ISS (22.3.1)	20.780	–	2.304	(16.154)	–	–	6.930	–	–
IPU	2.384	–	422	–	–	–	2.806	–	–
Previdenciárias									
INSS (22.3.1)	32.904	–	2.385	–	–	–	35.289	–	–
Trabalhistas e cíveis									
Ações trabalhistas (22.3.3)	35.578	19.571	1.760	(2.492)	–	–	54.417	–	–
Cíveis									
Honorários	2.277	454	–	–	–	–	2.731	–	–
	287.412	48.598	20.116	(18.646)	–	–	337.480	–	–

	Saldo em 31 de dezembro de 2010			Atualizações 2011			Saldo em 31 de dezembro de 2011		
	Adições	monetárias	Baixas	Adições	monetárias	Baixas	Adições	monetárias	Baixas
Fiscais									
COFINS (nota 22.3.2)	11.824	–	535	–	–	–	12.359	–	–
PIS (nota 22.3.2)	2.541	–	115	–	–	–	2.656	–	–
Contribuição Social (nota 22.3.5)	75.095	33.376	19.593	–	–	–	128.064	–	–
Contribuição Social (nota 22.3.5)	3.001	–	135	–	–	–	3.136	–	–
Imposto de Renda (nota 22.3.2)	45.173	–	2.101	–	–	–	47.274	–	–
ISS (nota 22.3.1)	18.548	–	2.275	(43)	–	–	20.780	–	–
Outros	–	2.275	109	–	–	–	2.384	–	–
Previdenciárias									
INSS (nota 22.3.1)	29.812	–	3.092	–	–	–	32.904	–	–
Trabalhistas e cíveis									
Ações trabalhistas (nota 22.3.3)	45.528	2.302	2.156	(14.408)	–	–	35.578	–	–
Honorários	–	7.976	–	(5.698)	–	–	2.277	–	–
	231.522	45.929	30.111	(20.149)	–	–	287.412	–	–

## 22.3. Ações fiscais

### 22.3.1. INSS e ISS

Em virtude de fiscalizações efetuadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e pela Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro (ISS de Imposto Sobre Serviço), foram lavrados Autos de Infração e movidas Execuções Fiscais nos anos de 1999 e 1989, respectivamente, baseados em supostas divergências de enquadramentos tributários e previdenciários adotados pela Companhia.

A Companhia impetrou recursos administrativos com vistas ao cancelamento das referidas penalidades, mantendo provisionados os montantes de R\$ 35.289 (R\$ 32.904 em 31 de dezembro de 2011) relativos aos Autos Lavrados pelo INSS referente ao adicional de 2,5% devidos pelas empresas equiparadas às instituições financeiras.

Com relação à execução fiscal referente ao adicional de 2,5% do INSS, a Companhia, em 30 de abril de 2010, foi instada a efetuar depósito judicial dos valores em discussão (R\$ 23.291), tendo posteriormente, em 28 de maio de 2010, complementado tal depósito para inclusão de encargos legais (R\$ 4.666), compondo o valor total depositado à época de R\$ 27.957. Os valores questionados referente ao INSS, encontram-se depositados judicialmente no montante atualizado de R\$ 35.289 e provisionados no mesmo montante de acordo com a expectativa de desembolso/perda da administração.

Já com relação a execução fiscal de ISS, e diante das importantes conclusões constantes no referido laudo pericial acerca da matéria, que se apresentam extremamente favoráveis aos interesses da Companhia, os advogados que patrocinam a causa classificam como possível a probabilidade de perda da demanda, com isso, a Companhia efetuou uma reversão do passivo contingente no valor de R\$ 16.154. Os consultores jurídicos da Companhia classificam como possível a probabilidade de perda de ambas as demandas judiciais (INSS e ISS).

### 22.3.2. Compensação de Créditos de Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL) e Fundo de Investimento Social - Finsocial

Em outubro de 2001, a Companhia protocolou Pedidos de Restituição/Compensação dos valores pagos a título de ILL, no período de 31 de dezembro de 1988 a 31 de dezembro de 1992, e de FINSOCIAL, no período de outubro de 1989 a dezembro de 1991, cuja declaração de inconstitucionalidade já havia sido reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal.

Nos exercícios de 2001 e 2002, a Companhia efetuou a compensação desses créditos tributários com débitos vincendos de tributos federais. Em novembro de 2001, a Receita Federal indeferiu os citados pedidos de restituição, alegando extinção do direito do crédito tributário. Posteriormente, a Companhia recorreu da decisão junto ao Conselho de Contribuintes, obtendo, em ambos os casos, decisões favoráveis em julgamento de recursos pelo citado Conselho.

Com relação especificamente ao processo administrativo de ILL, a Companhia obteve êxito na discussão de mérito envolvida, estando pendente apenas a discussão em relação à forma de atualização dos valores dos créditos tributários propriamente ditos, obtendo ganho parcial do direito creditório por os valores de ILL (o valor histórico da compensação aceita pela Receita Federal do Brasil totaliza R\$ 20.291 em março de 2002), sendo homologada parte das compensações efetuadas. O valor do débito ainda não homologado pela Receita Federal do Brasil é de R\$ 18.756 estando totalmente provisionado.

Já com relação ao processo administrativo de FINSOCIAL, a Companhia recebeu, em fevereiro de 2007, notificação para pagamento do valor aproximado de R\$ 33.000, tendo impetrado Mandado de Segurança, obtendo a suspensão da exigibilidade dos referidos créditos fiscais até que se tenha decisão definitiva na esfera administrativa. Atualmente a Companhia aguarda julgamento final por parte da Câmara Superior de Recursos Fiscais. O valor provisionado atualmente de Imposto de Renda é de R\$ 48.895 (R\$ 47.274 em 31 de dezembro de 2011).

Os consultores jurídicos externos da Companhia classificam como provável a expectativa de perda da demanda referente ao FINSOCIAL, e como possível a expectativa de perda da demanda relacionada ao ILL.

### 22.3.3. Ações trabalhistas

A Companhia encontra-se envolvida em demandas de natureza trabalhista ajuizadas por empregados ativos, aposentados e desligados, as quais objetivam, dentre outros pedidos da mesma relevância, a uniformização dos planos de cargos e salários, com o consequente pagamento das diferenças salariais. A administração da Companhia, após análise individualizada desses processos, constituiu provisão para perda líquida, sendo considerados para efeitos de provisão trabalhista aqueles que estejam em fase de liquidação e execução sentença, ou seja, aqueles que tiverem com o trânsito em julgado das decisões.

Os consultores jurídicos externos da Companhia estimam o valor atualizado dos processos em R\$ 54.417 (R\$ 35.578 em 31 de dezembro de 2011) e classificam as chances de perda nesses processos como provável. As causas trabalhistas classificadas como possíveis somam R\$ 39.557 (R\$ 20.439 em 31 de dezembro de 2011).

### 22.3.4. PIS/PASEP e COFINS

Trata-se de ação em que a Companhia pretende o reconhecimento da inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, relativo à questão do alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS, envolvendo um valor de crédito fiscal a ser compensado pelo IRB-Brasil Re, da ordem de R\$ 153.027, valor original, relativo ao período de maio de 2001 a maio de 2006 (data de ajuizamento da ação). A presente ação foi distribuída em 1º de junho de 2006 originalmente para a 6ª Vara Federal/RJ.

Em 23 de agosto de 2007 foi proferida sentença que acolheu parcialmente o pedido formulado na inicial, sendo interpostos Recursos de Apelação pela União e pela Companhia. Em 3 de novembro de 2009, por unanimidade, a 4ª Turma do TRF 2 deu provimento a todas as postulações de mérito da Companhia e negou provimento à Apelação da União.

Aos embargos de declaração opostos, foi negado provimento, sendo então interposto Recurso Especial pela Companhia e Recurso Extraordinário pela União. Em 27 de dezembro de 2011 foi proferida decisão que admitiu o Recurso Especial da Companhia e determinou o retorno dos autos ao relator para que este faça nova avaliação de sua decisão.

Em 5 de junho de 2012, a 4ª Turma do TRF 2 acolheu, por unanimidade, a determinação do Vice-Presidente, no sentido da retificação do acórdão do julgamento dos Recursos de Apelação, apenas para adequar o prazo prescricional à jurisprudência pacificada pelo STF. Assim sendo, prevaleceu o prazo prescricional de 5 anos previsto pela Lei Complementar nº 118/2005, uma vez que a ação ordinária foi ajuizada em 2006, ou seja, após a entrada em vigor da referida Lei. O referido Acórdão foi publicado em 28 de agosto de 2012.

Apesar do provimento da questão de mérito em favor da Companhia, a presente ação ainda não foi transitada em julgado, sua guarda-se a apreciação pelo STJ com relação ao Recurso Especial acerca dos honorários sucumbenciais, motivo pelo qual o processo administrativo de compensação dos créditos fiscais ainda não é permitido perante os órgãos competentes e, por este motivo, os referidos créditos ainda não puderam ser reconhecidos contabilmente pela Companhia.

Com o reconhecimento da inconstitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, o PIS e a COFINS devem incidir apenas sobre as receitas operacionais. Considerando que a Companhia vinha calculando e recolhendo, mensalmente, aos cofres públicos, até maio de 2009, tais contribuições com base em sua receita bruta, incluindo, consequentemente, as receitas não operacionais, tais como receitas financeiras e de aluguel, o IRB-Brasil Re, com o trânsito em julgado da ação judicial, terá direito a um crédito fiscal correspondente aos valores de R\$ 495.926, correspondente aos valores de PIS e COFINS pagos a maior no período integral de maio de 2001 a maio de 2009, quando ocorreu a revogação do §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, por meio do inciso XII, do art. 79, da Lei nº 11.941, de 28 de maio de 2009.

Diante do fato da ação ter sido remetida aos Tribunais Superiores (STJ e STF), os quais já possuem entendimento dessa majoração de alíquota, pendente apenas da edição de Súmula Vinculante pelo STF, os consultores legais da Companhia classificam como remota a probabilidade de perda da demanda.

### 22.3.5. Contribuição Social sobre o Lucro

Com a publicação da MP 413/08, convertida na Lei de nº 11.727 de 23 de junho de 2008, houve aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15%, para as pessoas jurídicas de seguros privados, instituições financeiras e sociedades equiparadas, a partir da competência maio de 2008.

Em junho de 2008, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, questionando a constitucionalidade dessa majoração de alíquota, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Em 31 de dezembro de 2012, o valor depositado judicialmente atualizado totaliza R\$ 173.010 e o valor provisionado para pagamento da CSLL totaliza R\$ 167.656 (R\$ 128.064 em 31 de dezembro de 2011).

Os advogados que patrocinam a causa classificam como possível a probabilidade de perda da demanda.

## 23. Provisões trabalhistas

	2012	2011
Provisão para férias	7.743	7.458
Provisão para licença-prêmio	5.327	4.016
	13.070	11.474

## 25. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

Em 31 de dezembro, os prêmios ganhos, a sinistralidade e o comissionamento para os principais ramos estão demonstrados a seguir:

### 25.1. Prêmios ganhos - Principais grupos de atuação

	2012				2011			
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade - %	Índice de comissionamento - %	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade - %	Índice de comissionamento - %	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade - %
Patrimonial	706.768	96,5	(8,2)	607.970	57,8	6,2	607.970	57,8
Riscos especiais	138.939	(52,2)	3,2	125.290	118,6	0,2	125.290	118,6
Responsabilidades	82.080	(1,1)	(11,6)	48.502	234,7	6,2	48.502	234,7
Cascos	12.985	(47,4)	1,2	94.337	162,7	2,1	94.337	162,7
Automóveis	21.350	283,1	(15,1)	66.221	126,3	9,8	66.221	126,3
Transportes	71.229	167,1	(21,2)	57.537	30,2	13,6	57.537	30,2
Riscos financeiros	126.219	122,7	(28,3)	140.352	38,3	30,6	140.352	38,3
Crédito	7.491	314,8	(25,0)	52.924	(70,7)	13,7	52.924	(70,7)
Pessoas	146.833	68,7	–	153.203	48,5	–	153.203	48,5

## 25.10. Ganhos ou perdas com ativos não correntes

	2012	2011
Ganhos na venda de propriedades para investimentos (Nota 12).....	56.489	87.593

## 25.11. Imposto de renda e contribuição social

### Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2012		2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL e participações.....	527.125	527.125	716.652	716.652
Juros sobre capital próprio.....	(100.000)	(100.000)	(125.000)	(125.000)
Participação nos lucros.....	(16.766)	(16.766)	(16.529)	(16.529)
Lucro após juros sobre capital próprio e participações.....	410.359	410.359	575.123	575.123
Adições ao lucro				
Provisão para contingências trabalhistas.....	24.524	24.524	5.645	5.645
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias.....	7.338	7.338	10.594	10.594
Provisão para desvalorização de investimentos.....	6.130	6.130	7.848	7.848
Provisão para crédito de liquidação duvidosa.....	123.003	123.003	41.694	41.694
Provisões trabalhistas.....	158.123	158.123	25.364	25.364
Outras provisões.....	761	761	2.278	2.278
Ajustes negativos ao valor justo - resgates.....	19.924	19.924	55.050	55.050
Prejuízo no exterior (*).....	-	-	6.195	6.195
Outras adições.....	19.871	19.871	29.955	29.955
	359.674	359.674	184.623	184.622

	2012	2011
Exclusões ao lucro		
Reversão da provisão para contingências trabalhistas.....	(5.686)	(5.686)
Reversão da provisão para contingências fiscais e previdenciárias.....	(16.154)	(16.154)
Reversão da provisão para desvalorização do investimento.....	(35.756)	(35.756)
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(160.735)	(160.735)
Reversão da provisão trabalhista.....	(526)	(526)
Dividendos recebidos das ações em carteira.....	(119)	(119)
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado.....	(35.580)	(35.580)
Outras exclusões.....	(39.267)	(39.267)
Lucro base para IRPJ e CSLL.....	476.210	476.210
Alíquotas de IRPJ e CSLL vigentes.....	25%	15%
IRPJ e CSLL devidos à alíquota vigente.....	(119.029)	(71.432)
Incentivo fiscal (PAT - Lei Roanet).....	438	428
Incentivo Fiscal (Licença maternidade).....	86	11
Imposto de Renda Retido na Fonte.....	-	191
Despesa IRPJ e CSLL Corrente.....	(118.506)	(71.432)
Efeito de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias.....	19.718	62.377
Efeito de IRPJ e CSLL atualizações monetárias.....	(3.363)	(2.017)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício.....	(102.151)	(11.072)

## 26. PLANOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica. Os planos oferecidos são os de benefício definido (fechado) e o de contribuição variável (em aberto), sendo adotado o regime de capitalização nas avaliações atuariais, para as rendas de aposentadoria. As contribuições feitas pela Companhia a PREVIRB, no exercício de 2012, totalizaram R\$ 19.201 (R\$ 18.479 em 31 de dezembro de 2011).

A mais recente avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação dos benefícios definidos foi realizada em 31 de dezembro de 2012 pelo Atuarial Sérgio Aureliano Machado da Silva, MIBA 547. O valor presente da obrigação dos benefícios definidos e o respectivo custo dos seus serviços correntes e passados foram mensurados por meio do Método do Crédito Unitário Projetado. Seguem as descrições dos planos patrocinados:

### Planos de contribuição variável

A Companhia é patrocinadora do plano Previdencial B (Plano de contribuição variável), a partir de 2004. Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia em fundos controlados por agentes fiduciários.

A despesa total incorrida pela Companhia de R\$ 3.025 (R\$ 2.846 em 31 de dezembro de 2011), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

Nessa avaliação atuarial efetuada por atuários independentes foi apurado um superávit técnico de R\$ 825 (R\$ 2.738 em 31 de dezembro de 2011) na PREVIRB que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pela SUSEP, não foi contabilizado na patrocinadora.

### Planos de benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria de benefício definido (Plano de Benefícios A e plano pré-68) para os empregados que se qualificam. De acordo com esse plano, os empregados têm direito à complementação calculada com base no estipêndio mensal, apurado na data de sua aposentadoria.

A despesa total incorrida pela Companhia para plano A de R\$ 1.008 (R\$ 1.403 em 31 de dezembro de 2011), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

A despesa total incorrida pela Companhia para o plano pré-68 de R\$ 15.168 (R\$ 14.230 em 31 de dezembro de 2011), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

Nessa avaliação atuarial para o plano pré-68, efetuada por atuários independentes, foi contabilizada na patrocinadora uma provisão de R\$ 158.711 (R\$ 150.471 em 31 de dezembro de 2011), em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pela SUSEP.

Nessa avaliação atuarial efetuada por atuários independentes foi apurado um superávit técnico, para o plano A, de R\$ 25.999 (R\$ 118.767 em 31 de dezembro de 2011) na PREVIRB que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pela SUSEP, não foi contabilizado na patrocinadora. As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

MARIO DI CROCE	JOÃO CARLOS BARRETO PEGO	DEBORA PEREIRA TAVARES
Vice-Presidente Executivo	Contador - CRC RJ - 075280/O-2	Atuária - MIBA 2011

	Plano de benefícios pós-emprego administrados pela PREVIRB		Plano de benefícios pós-emprego administrados pela IRB	
	2012	2011	2012	2011
<b>Hipóteses econômicas</b>				
Taxa nominal de desconto.....	4,00%	5,00%	4,00%	5,00%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos.....	INPC + 4,00% a.a.	INPC + 5,00% a.a.	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real de salário.....	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS.....	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano.....	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados.....	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre rotatividade.....	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
Fatores de determinação do valor real ao longo do tempo, benefícios INSS e do plano.....	Não adotados	Não adotados	Não se aplica	Não se aplica
<b>Hipóteses demográficas</b>				
Tábua de sobrevivência.....	AT-2000 MALE e FEMALE	AT-2000 MALE e FEMALE	AT-2000 MALE e FEMALE	AT-2000 MALE e FEMALE
Tábua de mortalidade de inválidos.....	MI-85	MI-85	MI-85	MI-85
Tábua de entrada de invalidez.....	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS

Os valores apurados no resultado em 2012 e os valores projetados para dezembro de 2013, relativos ao plano A, que é o plano de benefício definido patrocinado pelo IRB-Brasil Re junto à PREVIRB, são apresentados a seguir:

	2013	2012
Custo dos serviços correntes.....	(279)	(1.094)
Juros sobre a obrigação.....	117.312	114.174
Retorno esperado sobre os ativos do plano.....	(119.624)	(125.846)
Receita no final do exercício.....	(2.591)	(12.766)

(\*) Em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pela SUSEP, as receitas não são contabilizadas na patrocinadora.

A despesa total de R\$ 1.008 (R\$ 1.403 em 31 de dezembro de 2011), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido (Plano A) é apresentado a seguir:

	2012	2011
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados.....	1.386.365	1.208.930
Valor justo dos ativos do plano.....	(1.412.364)	(1.327.697)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos.....	(25.999)	(118.767)

(\*) Em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pela SUSEP, estes valores de ativos líquidos não foram contabilizados na patrocinadora.

A movimentação no valor justo da obrigação do plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano.....	1.208.930	1.109.373
Custo dos serviços correntes.....	2.949	10.518
Custo dos juros.....	114.174	105.598
Perda Atuarial.....	133.969	56.192
Benefícios pagos.....	(73.657)	(72.751)
Valor Presente das Obrigações Atuariais.....	1.386.365	1.208.930

A seguir encontram-se discriminados os Recursos Garantidores das Reservas da PREVIRB:

	2012	2011
Disponível.....	340	380
Realizável de Investimentos.....		
Títulos Públicos.....	687.841	730.136
Créditos Privados e Depósitos.....	551.111	463.145
Ações.....	97.147	89.890
Fundos de Investimentos.....	98.714	58.900
Investimentos Imobiliários.....	63.684	64.782
Empréstimos e Financiamentos.....	4.702	4.676
	1.503.199	1.411.529

Exigível Operacional de Investimentos.....	(138)	(194)
Empréstimos e Financiamentos.....	(3)	(8)
Outras Exigibilidades (IOF).....	(141)	(202)
	(271)	(404)
Exigível Contingencial de Investimentos.....	(2.716)	(2.716)
Recursos Garantidores.....	1.500.692	1.408.991

A movimentação no valor justo dos ativos do plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2012	2011
Valor justo inicial dos ativos do plano.....	1.327.697	1.231.259
Retorno ocorrido nos investimentos.....	152.877	163.743
Contribuições do empregador.....	1.008	1.403
Contribuições dos participantes do plano.....	4.241	4.043
Benefícios pagos.....	(73.657)	(72.751)
Ganho/Perda Atuarial.....	197	-
Valor justo final dos ativos do plano.....	1.412.363	1.327.697

O retorno esperado dos ativos do plano A em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 119.625 (R\$ 125.846 em 31 de dezembro de 2011).

O histórico dos ajustes pela experiência está apresentado a seguir:

	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Valor presente da obrigação de benefícios definidos.....	(1.386.365)	(1.208.930)	(1.109.373)	(1.101.324)	(869.357)	(798.415)
Valor justo dos ativos do plano.....	1.412.364	1.327.697	1.231.259	1.148.740	1.097.560	1.043.120
Superávit.....	25.999	118.767	121.886	47.416	228.203	244.705

A Companhia espera contribuir com R\$ 1.008 com o plano A de benefício definido durante o próximo período.

## 26.1. Outros benefícios a empregados

	2012	2011
Circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões.....	19.935	18.867
Assistência médica e odontológica.....	18.731	15.394
Assistência médica e odontológica - provisão para eventos ocorridos e não avisados.....	3.579	2.022
Seguro de vida em grupo.....	171	190
Auxílio funeral.....	67	52
	42.483	36.525
Não circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões.....	138.776	131.605
Assistência médica e odontológica.....	283.216	138.160
Seguro de vida em grupo.....	1.512	1.359
Auxílio funeral.....	1.225	1.194
	424.729	272.318

A Companhia custeia, integralmente, os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para os servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

A Companhia possui provisão técnica para fazer face às obrigações relativas aos benefícios supramencionados, que abrangem 347 integrantes, em 31 de dezembro de 2012 (370 em 31 de dezembro de 2011), sendo 1 em atividade, 330 aposentados e 16 pensionistas, com média de idade de 80,1 anos (79,5 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia oferece, ainda, os seguintes benefícios assistenciais:

### Assistência médica e odontológica

Plano de autogestão para funcionários ativos e aposentados. Para os funcionários admitidos até 2004, os dependentes podem ser cônjuges, filhos e pais, com renda inferior a um salário mínimo. Para funcionários admitidos a partir daquele ano, só podem ser considerados dependentes os cônjuges e os filhos. Para este grupo, o IRB-Brasil Re arca com 50% do custeio do plano e os funcionários com a outra parcela equivalente aos outros 50%. A contribuição do funcionário é descontada mensalmente de seu salário e varia conforme a data de admissão e a faixa etária.

### Auxílio funeral

Este benefício é disponibilizado apenas para os funcionários admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R\$ 1.344,87 para funeral simples, R\$ 1.554,63 para cremação e R\$ 2.640,80 para funeral com cremação.

### Seguro de vida em grupo

Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB-Brasil Re arca com 100% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50% do prêmio. A participação do funcionário é opcional.

## 27. FUNDOS, CONSÓRCIOS E CONTAS SOB ADMINISTRAÇÃO DO IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.

O IRB-Brasil Resseguros S.A. efetua a administração dos seguintes fundos e consórcio, cujos principais saldos contábeis podem ser assim representados:

	2012	2011
	(não auditado)	(não auditado)
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR.....	1.036.109	897.565
Seguro de Crédito a Exportação - SCEX.....	-	26.247
Consórcio Brasileiro de Riscos Nucleares - CBRN.....	42.009	35.213

### FESR

Criado pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A sua finalidade é garantir a estabilidade do seguro rural e atender à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe nessas operações. Os recursos captados pelo Fundo são provenientes do recolhimento anual do excesso de lucro do seguro rural, apurado pelas sociedades seguradoras e pela Resseguradora, e crédito especial da União, quando necessário, para cobertura de deficiência operacional.

### SCEX

A Entidade tem por finalidade ressarcir os exportadores nacionais de eventuais prejuízos decorrentes da insolvência do importador (riscos comerciais) e de acontecimentos excepcionais tais como: guerra, revolução, catástrofe da natureza ou medidas adotadas pelo Governo, ocorridas no país de origem do importador (riscos políticos e extraordinários).

Desde 20 de agosto de 1991, o Seguro de Crédito à Exportação teve suas operações suspensas não aceitando novas operações.

A administração dos recursos do SCEX e a operacionalização das suas atividades são realizadas através da utilização da estrutura do IRB Brasil Resseguros S.A., sem o pagamento de remuneração ou rateio dos gastos efetuados.

Em 26 de novembro de 2011, por solicitação do Ministério da Fazenda através da Portaria nº 536, a administração do SCEX (ativos e passivos) passou a ser realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Esta portaria estabeleceu a transferência dos recursos até então administrados pelo IRB-Brasil Re a Conta Única de Tesouro Nacional, sendo deste montante R\$ 510.000 até 30 de novembro de 2011 e o saldo remanescente até 31 de maio de 2012.

Em 29 de maio de 2012 o Ministério da Fazenda modificou, através da Portaria nº 217, a data limite para a transferência do saldo remanescente do SCE para a Secretaria do tesouro Nacional. Tal modificação estabeleceu o dia 31 de julho de 2012 como data de recolhimento dos saldos remanescentes a Conta Única do Tesouro Nacional.

Em virtude de Recurso de Agravo Retido por parte dos autores BB Leasing Company Ltd. e Banco do Brasil S.A., o IRB-Brasil Re tornou-se impossibilitado de realizar a transferência no prazo estipulado pela Portaria nº 217, de 29 de maio de 2012, tendo em vista que para tal feita necessitaria aguardar o julgamento do referido recurso e uma decisão transitada em julgado em relação a matéria.

Em 27 de setembro de 2012, após esgotada a questão judicial acima relatada, o IRB-Brasil Re realizou a transferência dos saldos remanescentes a Conta Única do Tesouro Nacional, sendo este no valor de R\$ 187.660.

### CBRN

Criado pela Resseguradora por meio da Resolução nº 056, de 22 de julho de 1977, e regulamentado pelas Circulares PRESI nº 022, de 8 de março de 1978, e PRESI nº 013 de 14 de dezembro de 1990. A finalidade do CBRN é assumir todos os riscos segurados no País previstos nas condições das apólices de riscos nucleares aprovadas pelos órgãos competentes, bem como os riscos nucleares aceitos do exterior pela Resseguradora.

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 21 de fevereiro de 2013, foi autorizado, pela Presidência da República, o aumento de capital social da Companhia no valor de até R\$ 202.500, mediante a subscrição particular de ações ordinárias, com a renúncia total pela União do direito de preferência na subscrição de tais ações.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	
Aos Administradores e Acionistas IRB - Brasil Resseguros S.A. Examinamos as demonstrações contábeis individuais do IRB - Brasil Resseguros S.A. ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas. <b>Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis</b> A Administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. <b>Responsabilidade dos auditores independentes</b> Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Resseguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Resseguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.	Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Opinião</b> Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IRB - Brasil Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. <b>Ênfase</b> Chamamos a atenção para as Notas 2.1 e 19.2 às demonstrações contábeis, que menciona que a Resseguradora possui sucursal em Londres que se encontra, atualmente, em processo de descontinuidade ("run-off") de suas atividades. A referida sucursal mantém provisões técnicas constituídas em razão de obrigações assumidas até 1982, cujos valores finais podem variar significativamente quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. <b>Outros assuntos</b>